

Instruções gerais: Em cada projeto coletivo, as referências temáticas correspondem a pontos numéricos, a serem objeto de sorteio, na fase da prova oral do Processo Seletivo. As referências bibliográficas são apresentadas de modo meramente sugestivo, sem limitar ou vincular a preparação e os estudos do candidato ou a avaliação a ser realizada pela Banca Examinadora.

Projetos coletivos da Linha de Pesquisa 1

1-A. Administração Pública e Desenvolvimento Estratégico

Referências temáticas

- 1) Estado Regulador na Constituição de 1988: Estado como agente normativo e regulador da ordem econômica. Regulação, Poder de Polícia, Fomento, Serviços Públicos, Atividade Econômica em sentidos amplo e estrito.
- 2) Relações entre Estado e Empresas. Lei de Liberdade Econômica.
- 3) Empresas Estatais. Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas. Aspectos subjetivo e objetivo. Estado como acionista: Empresas controladas e Empresas participadas. Atividade econômica e serviços públicos: Regimes jurídicos.
- 4) Participação do Estado na atividade empresarial: Regimes de monopólio, privilégio e competição. Poder concedente dos serviços públicos. Relação entre concedente, concessionário e usuário. Distinções dos regimes jurídicos do usuário e do consumidor: distinções. Regimes jurídicos das concessões em sentido amplo (concessão, permissão, parcerias público-privadas).
- 5) Institutos de Desenvolvimento Econômico. Macro e micro instituições de desenvolvimento: agências de fomento, contratos administrativos, institutos de propriedade intelectual.
- 6) Direito Econômico e Administrativo Sancionatório: fundamentos e princípios. Lei n. 8.078/90 (defesa do consumidor). Lei n. 12.529/2011 (defesa da concorrência). Lei 8.429/92 (improbidade administrativa). Lei 12.846/13 (Lei Anticorrupção): Contexto. Fundamentos. Discussão sobre sua constitucionalidade. Responsabilidade Objetiva. As infrações e as sanções. Processo Administrativo de Responsabilização. Acordo de Leniência. Análise comparativa com o acordo de leniência da Lei 12.529/11.
- 7) Combate à Corrupção: elementos fundamentais. Fundamentos e sentido jurídico e econômico do combate à corrupção. Métodos jurídicos de prevenção, investigação e repressão. Experiência internacional: direito anticorrupção comparado.
- 8) Programas de conformidade: requisitos, necessidades e finalidades. Efeitos jurídicos e econômicos na adoção de programas de conformidade. Debates sobre estratégias públicas e privadas com relação aos programas de conformidade. Perspectivas comparadas.
- 9) Programas de leniência: conceito. Programas de leniência no ordenamento brasileiro e seus diferentes regramentos, requisitos e consequências jurídicas. Debates sobre efetividade de programas de leniência.
- 10) Administração Pública e meios adequados de solução de controvérsias: mediação, arbitragem e dispute boards.

Referências bibliográficas

- ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARVALHO, Vinicius Marques de. (Org). **A Lei n. 12.529/2011 e a nova política de defesa da concorrência**. São Paulo: Singular, 2015.
- CARVALHOSA, Modesto. **Considerações sobre a Lei anticorrupção das pessoas jurídicas**: Lei n. 12.846 de 2013. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. **Lei Anticorrupção**: apontamentos sobre a Lei nº 12.846/2013/. Belo Horizonte: Fórum, 2014.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MARRARA, Thiago (Coord.). **Lei Anticorrupção comentada**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- FÉRES, Marcelo Andrade; CHAVES, Natália Cristiana. O Emprego de Tecnologias e Inovações no Combate à Corrupção. In: PARENTONI, Leonardo. **Direito, Tecnologia e Inovação**, v. I. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018, pp. 589 a 614.
- FÉRES, Marcelo Andrade et CHAVES, Natália Cristiana. **Sistema Anticorrupção e Empresa**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.
- FORTINI, Cristiana; DE FARIA, Edmur Ferreira. Os contornos do acordo de leniência após a Medida Provisória nº 703/15: promessa de sucesso ou cenário de incertezas? DUC IN ALTUM-CADERNOS DE DIREITO, v. 8, n. 14, 2016. FORTINI, Cristiana (Coord.). **Corrupção de Seus Múltiplos Enfoques Jurídicos**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
- FORTINI, Cristiana. **Mecanismo de Controle Interno e Sua Matriz Constitucional**. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. v. 01. 329p.
- FORTINI, Cristiana. Uma rápida comparação entre a Lei 12.846/13 e norte-americano Foreign Corrupt Practices Act (FCPA). Disponível em: <https://www.direitodoestado.com.br/colunistas/cristiana-fortini/uma-rapida-comparacao-entre-a-lei-1284613-e-norte-americano-foreign-corrupt-practices-act-fcpa>.
- FORTINI, Cristiana; LACERDA, B. A. **O Direito Administrativo e a fundamentalidade da pessoa**. Fórum Administrativo, v. 10, p. 19-28, 2010.
- FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . Equilíbrio Econômico-Financeiro nos contratos de PPP. In: Marçal Justen Filho;Rafael Wallbach Schwind. (Org.). **Parcerias público-privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004**. Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 283-308.
- FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . O regime jurídico das parcerias voluntárias com as Organizações da Sociedade Civil: inovações da Lei n 13.019/2014. A&C. **Revista de Direito Administrativo & Constitucional** (Impresso), v. 1, p. 93, 2015.
- FORTINI, Cristiana; SCHRAMM, Fernanda Santos. Direito Premial e os incentivos à integridade na Administração indireta. In: ZENKNER; Marcelo; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (Coord.). **Compliance no setor público**. Belo Horizonte: Fórum, 2020, p. 35-51, ISBN 978-85-450-0740-1.
- FORTINI, Cristiana; SHERMAM, Ariane. Corrupção: causas, perspectivas e a discussão sobre o princípio do bis in idem. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 5, n. 2, p. 91-112, mai./ago. 2018.

FORTINI, Cristiana; SHERMAM, Ariane. Governança corporativa e medidas preventivas contra a corrupção na Administração Pública: um enfoque à luz da Lei nº 13.303/2016. **Revista de Direito da Administração Pública**, Universidade Federal Fluminense, ISSN 24472042, ano 2, vol. 2, n. 1, p. 176187, jan./jun. 2016.

FORTINI, Cristiana; SHERMAM, Ariane. Lei anticorrupção empresarial: os riscos na sua regulamentação e implementação. In: DIAS, Maria Tereza Fonseca; REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. (Org.). **O Direito entre a esfera pública e a autonomia privada**: transformações do direito público no ambiente democrático. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015, v. 2, p. 161-184.

FORTINI, Cristiana; VIEIRA, Ariana Sherman Moraes. Lei anticorrupção empresarial: os riscos de sua regulamentação e implementação. In: REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo; DIAS, Maria Tereza Fonseca (coord). **O direito entre a esfera pública e a autonomia privada**: transformações do direito público no ambiente democrático. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.161-184, v 2.

FORTINI, Cristiana et DANIEL, Felipe Alexandre Santa Anna Mucci. A Nova Administração Pública por Contratos e o surgimento dos Dispute Boards no Brasil. In: **Revista de Contratos Públicos**, n. 26, pp. 145/178, 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. **O Direito das Agências Reguladoras Independentes**. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2002. v. 1. 639p.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Using Competition Law and Intellectual Property Law to Foster Innovation: A Preliminary Study. In: Giuseppe Bellantuono; Federico Puppo. (Org.). **CONVERGENCES AND DIVERGENCES BETWEEN THE ITALIAN AND THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEMS**. Trento: Università degli Studi di Trento, 2015, v. 14, p. 145-164.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; BELLANTUONO, Giuseppe (Org.). **Law, Development and Innovation**. Cham: Springer International Publishing, 2015.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; GONTIJO, Guilherme Dias. Princípio da Eficiência: forjando uma Administração Pública pragmática? In: Roberto Correia da Silva Gomes Caldas; Joana Stelzer; Liane Francisca Hüning Birnfeld. (Org.). **Direito e administração pública I**. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; LEURQUIN, Pablo Georges Cícero Fraga. A regulação da aviação civil e o desenvolvimento econômico brasileiro. In: Leandro Novais e Silva. (Org.). **Regulação e concorrência no setor aéreo no Brasil**: alternativas possíveis. São Paulo: Singular, 2014, v. 1, p. 175200.

LARA, Fabiano Teodoro. Desenvolvimento, Instituições e Desenho de Mecanismos. In: **Políticas públicas: planejamento e sustentabilidade**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018, p. 10-26.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. A Regulação da Concorrência. In: Sérgio Guerra. (Org.). **Regulação no Brasil**: Uma Visão Multidisciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

VERÍSSIMO, Carla. **Compliance** – Incentivo à Adoção de Medidas Anticorrupção. São Paulo: Saraiva, 2018.

1-B. Direito Administrativo: entre a tradição e as tendências contemporâneas

Referências temáticas

- 1) Princípios fundamentais e regimes jurídicos público e privado na Administração Pública.
- 2) Organização administrativa.
- 3) Regimes jurídicos de pessoal na Administração Pública.
- 4) Ato administrativo e processo administrativo.
- 5) Contratualização e parcerias da Administração Pública.
- 6) Prestação de serviços públicos e intervenção no domínio econômico.
- 7) Intervenção do Estado na propriedade privada.
- 8) Responsabilidade extracontratual do Estado.
- 9) Controle da Administração Pública.
- 10) Consensualidade, segurança jurídica e resolução de conflitos na Administração Pública.

Referências bibliográficas

Manuais de base:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 37 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 37 ed. São Paulo: Atlas, 2024.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. **Motivação e Controle do Ato Administrativo**. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

BAPTISTA, Patrícia. **Transformações do direito administrativo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

BITENCOURT NETO, Eurico. **Concertação administrativa interorgânica: Direito Administrativo e Organização no Século XXI**. São Paulo: Almedina, 2017. Parte I.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. **Direito administrativo pós-moderno**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003. Capítulos 1, 4, 5 e 7.

FERRAZ, Luciano. **Controle e consensualidade: fundamentos para o Controle Consensual da Administração Pública**. 3 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

FERRAZ, Luciano. MARRARA, Thiago. **Direito Administrativo dos Bens e Restrições Estatais à Propriedade**. 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, São Paulo, 2019.

FORTINI, Cristiana; PIRES, Maria Fernanda Veloso; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa; CAVALCANTI, Caio Mário Lana. **Processo Administrativo: comentários à Lei nº 9.784/1999**. 4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

SCHMIDT-ASSMANN, Eberhard. **La teoría general del derecho administrativo como sistema**. Madri: INAP - Marcial Pons, 2003.

1-C. Direito, Tecnologia e Inovação: análise científica e multidisciplinar da inovação tecnológica**Referências temáticas**

- 1) Aplicações jurídicas de blockchain.
- 2) Big data e proteção de dados pessoais.
- 3) Documento eletrônico, comércio eletrônico, instrumentos públicos ou privados de investimento em inovação.
- 4) Infraestrutura das telecomunicações, design de redes, criptografia, certificação digital, provedores de serviços na internet, direitos fundamentais no ambiente online.
- 5) Inteligência Artificial: vantagens, riscos e desafios jurídicos. Internet das Coisas (IoT).
- 6) Estruturas de mercado, concorrência, moderação de conteúdo online e regulação de novas tecnologias.
- 7) Tecnologia e responsabilidade civil.
- 8) Personalidade, capacidade de direito, autonomia tecnológica e contratos.
- 9) Tecnologias disruptivas e Direito Societário.
- 10) O futuro da atividade jurídica.

Referências bibliográficas

- ALCES, Peter A. **The Moral Conflict of Law and Neuroscience**. Chicago: The University of Chicago Press, 2018.
- ARTESE, Gustavo (Coord.). **Marco Civil da Internet**: Análise jurídica sob uma perspectiva empresarial. São Paulo: Quartier Latin, 2015.
- BAMBARA, Joseph J.; ALLEN, Paul R. **Blockchain**: A practical guide to developing business, law and technology solutions. New York: McGraw-Hill Education, 2018.
- BRYNJOLFSSON, Erik; McAfee, Andrew. **The Second Machine Age**: Work, Progress, and Prosperity in a Time of Brilliant Technologies. New York: Norton & Company, 2016.
- CHAVES, Natália Cristina; COLOMBI, Henry. **Direito e Tecnologia**: novos modelos e tendências. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/079tecnologia>>
- _____. **Inteligência Artificial**: os novos rumos da responsabilidade civil. Direito Civil Contemporâneo, organização CONPEDI/ UMinho. Disponível em: <<http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/pi88duoz/c3e18e5u/7M14BT72Q86shvFL.pdf>>.
- FENWICK, Mark; MCCAHERY, Joseph A.; VERMEULEN, Erik P. M. The end of corporate governance: Hello platform governance. **European Corporate Governance Institute**. Law working paper n. 430/2018. December 2018. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract_id=3232663>.
- HARPER, Steven J. **The Lawyer Bubble**: A Profession in Crisis. New York: Basic Books, 2016.
- KAPLAN, Jerry. **Artificial Intelligence**: What everyone needs to know. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- LESSIG, Lawrence. The Law of the Horse: What Cyberlaw Might Teach. **Harvard Law Review**. Cambridge: Harvard University Press, v. 113, n. 01, p. 501-546, Apr. 1999.

- PARENTONI, Leonardo. Autoridade Nacional de Proteção de Dados Brasileira: Uma visão otimista. **Revista do Advogado**. São Paulo: AASP, Ano XXXIX, n. 144, p. 209-219, nov. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/337740878_Autoridade_Nacional_de_Protecao_de_Dados_Brasileira_Uma_visao_otimista_Brazilian_National_Data_Protection_Authority_An_optimistic_view>.
- _____. Compartilhamento de dados pessoais e a figura do controlador. In: FRAZÃO, Ana; CUEVA, Ricardo Villas Bôas (Coord.). **Compliance e Políticas de Proteção de Dados**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/351073596_Compartilhamento_de_Dados_Pessoais_e_a_Figura_do_Controlador_Personal_Data_Sharing_and_the_Role_of_the_Data_Controller>.
- _____. Network Neutrality: Past, Present and Future of Internet. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. Belo Horizonte, Número Especial – 2nd Conference Brazil-Italy, p. 195-244. 2017. Disponível em <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2865655>.
- _____. O Direito ao Esquecimento (Right to Oblivion). In: DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). **Direito & Internet III: Marco Civil da Internet** (Lei no 12.965/2014). São Paulo: Quartier Latin, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/299821661_O_Direito_ao_Esquecimento_Right_to_Oblivion>.
- PARENTONI, Leonardo; CARDOSO, Renato César. **Law, Technology and Innovation v. II: Insights on Artificial Intelligence and the Law**. Belo Horizonte: Expert, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/349143018_Law_Technology_and_Innovation_v_II_Insights_on_Artificial_Intelligence_and_the_Law>.
- PARENTONI, Leonardo; GONTIJO, Bruno Miranda; LIMA, Henrique Cunha Souza. **Direito, Tecnologia e Inovação**. Belo Horizonte: D Plácido, 2018.
- PARENTONI, Leonardo; MILAGRES, Marcelo de Oliveira; GRAAF, Jeroen van de. **Direito, Tecnologia e Inovação v. III: Aplicações Jurídicas de Blockchain**. Belo Horizonte: Expert, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/351250544_Direito_Tecnologia_e_Inovacao_v_III_Aplicacoes_Juridicas_de_Blockchain_Law_Technology_and_Innovation_v_III_Legal_Blockchain_Applications>.
- PIMENTA, Eduardo Goulart. **Direito do Mercado Financeiro e de Crédito**. Expert Editora. Belo Horizonte. 2021. Disponível em: <www.experteditora.com.br>.
- _____. **Direito Societário**. Expert Editora. Belo Horizonte. 2021. Disponível em: <www.experteditora.com.br>.
- _____. **Estrutura jurídica da empresa na era digital**. Expert Editora. Belo Horizonte. 2022. Disponível em: <www.experteditora.com.br>.
- SOLUM, Lawrence B. Legal Personhood for Artificial Intelligences. **North Carolina Law Review**. Chapel Hill: The University of North Carolina School of Law. v. 70, n. 04, p. 1.231-1.288, Apr. 1992.
- SOUZA, Carlos Affonso Pereira de; LEMOS, Ronaldo. **Marco Civil da Internet: Construção e Aplicação**. Juiz de Fora: Editar, 2016.
- STUCKE, Maurice E.; GRUNES, Allen P. **Big Data and Competition Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- ZORRILA, Maria Carmen Núñez. **Inteligencia artificial y responsabilidad civil**. Madrid: Reus, 2019.

1-D. Empresa no Mercado

Referências temáticas

- 1) Evolução histórica do direito empresarial
- 2) Empresa e direitos humanos
- 3) Empresa familiar e instrumentos de planejamento familiar
- 4) Dissolução parcial de sociedade limitada
- 5) Business judgement rule e a responsabilidade dos administradores da companhia
- 6) 50 anos da Lei das Sociedades Anônimas
- 7) A recuperação extrajudicial após a reforma da Lei n. 14.112/2020
- 8) Agronegócio e direito recuperacional: evolução e contexto atual
- 9) Recuperação judicial de grupo de sociedades
- 10) Extinção das obrigações do falido

Referências bibliográficas

- ADAMEK, Marcelo Von et al. (coord.). *Arbitragem em direito societário*. São Paulo: RT, 2025.
- CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. *A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.
- CHAVES, Natália Cristina; FÉRES, Marcelo Andrade; PIMENTA, Eduardo Goulart coordenadores). *15 anos da Lei de Recuperação e Falência de Empresas: estudos jurídicos de acordo com a Lei 14.112/2020*. Belo Horizonte: Expert, 2021.
- CHAVES, Natália. *Casamento, divórcio e empresa: questões societárias e patrimoniais*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.
- EIZERIK, Nelson. *M&A. Regime societário e contratual*. São Paulo: Quartier Latin, 2024.
- FÉRES, Marcelo Andrade. A tardia disciplina da limitada de sócio único no Código Civil: alguns antecedentes e algumas impressões iniciais. In: Henrique Barbosa; Jorge Cesa Ferreira da Silva. (Org.). *A evolução do direito empresarial e obrigacional: 18 anos do Código Civil*. 1ed. São Paulo: Quartier Latin, 2021, v. 1, p. 361-388.
- FÉRES, Marcelo Andrade et al. (coord). *Governança corporativa, comércio e consumo no contexto da sustentabilidade: perspectivas europeias e brasileiras*. Belo Horizonte: Expert Editora, 2025.
- FÉRES, Marcelo Andrade. Extinção das obrigações do falido: O maléfico fresh start à brasileira. In: FRAZÃO, Ana et al. (coord.). *Direito empresarial e suas interfaces*. Volume V. São Paulo: Quartier Latin, 2021.
- FÉRES, Marcelo Andrade. COELHO, F. U. (Org.). *Empresa familiar: estudos jurídicos*. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.
- FÉRES, Marcelo Andrade. Empresa e empresário: do Código Civil italiano ao novo Código Civil brasileiro. In: Frederico Viana Rodrigues. (Org.). *Direito de empresa no novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 37-69.
- FORGIONI, Paula. *A evolução do direito comercial brasileiro: da mercancia ao mercado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GALGANO, Francesco. *Storia del diritto commerciale*. Bologna: Il Mulino, 1976.

HART, Oliver; ZINGALES, Luigi. The new corporate Governance. In: *The University of Chicago Business Law Review*, v.1, n.1, 2022, pp. 195-216. Disponível em: https://scholar.harvard.edu/files/hart/files/hart-zingales_august_2022.pdf. Acesso em: 16.06.2025.

KRAJEWSKI, Markus et al.. *Mandatory human rights due diligence in Germany and Norway: stepping, or striding, in the same direction?* Business and Human Rights Journal (BHRJ). Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3926360>; acesso em 23/01/2022.

MAGNUSON, William. *For profit: A history of corporations*. New York: Basic Books, 2022.

PARGENDLER, Mariana. The rise of international corporate law. *European Corporate Governance Institute - Law Working Paper*, 555/2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3728650>.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *O novo direito societário: eficácia e sustentabilidade*. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SOUZA, Ana Luisa da Gama et al. (coord.). *Direitos humanos, paz, sustentabilidade e empresas globais: coletânea redhipas*. Curitiba: Editora CRV, 2021.

VERSIANI, Fernanda Valle. *Usufruto de participações societárias: uma visão de planejamento sucessório em direito de família*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

1-E. Intervenção do Estado na Ordem Econômica

Referências temáticas

- 1) Law and Development: Fundamental concepts. Determinants of Development. Institutional Theories of Development. Comparative Law and Development. Dependency theory. Relationship between developed and underdeveloped countries.
- 2) Law and Development Reform Strategies: Mechanism Design and Institutional Bypasses.
- 3) The Rule of Law and Development: Legal and Economic Perspectives.
- 4) Law, Development and Politics: Political Institutions and Regimes. Ethnic Conflict and Development. Gender equality policies and Development. Comparative Law perspectives.
- 5) Law, Development and Public Administration. Anti-corruption Institutions and Policies. Evolution of Anti-corruption Institutions. Comparative Law perspectives in Public Administration and Anticorruption.
- 6) Law, Development and State Intervention: State-owned Enterprises, Privatization and Public-private Partnership. Legal Institutions in Brazilian Law and in Comparative Law.
- 7) Law, Development and International Institutions: International Trade, Foreign Direct Investment and Foreign Aid. Legal Institutions in Brazilian Law and in Comparative Law.
- 8) Law, Development and Regulation: Comparative studies for regulation institutions. The case for Energy Regulation. The case for regulation of new information technologies and artificial intelligence.
- 9) Law, Development and Innovation. Legal Institutions in Brazilian Law and in Comparative Law.
- 10) Competition Law and Transnational Regulatory Networks. Design of Antitrust Authority from a Brazilian Comparative Perspective. Diffusion and Transplantations of Antitrust Law.

Referências Bibliográficas

- ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A. Institutions as a fundamental cause of long-run growth. *HANDBOOK OF ECONOMIC GROWTH*, v. 1, p. 385-472, 2005.
- BELLANTUONO, Giuseppe. Brazil and the EU in Transnational Energy Governance. *REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG*, p. 147-194, 2017.
- BELLANTUONO, Giuseppe. Comparative Law for What Kind of Development? (November 8, 2018). G. Bellantuono and F. Lara (eds.), *LEGAL CONVERSATIONS BETWEEN ITALY AND BRAZIL*, Editoriale Scientifica, 2018, p. 189-229.
- BELLANTUONO, Giuseppe. Comparing Contexts: Technical Standards and Contract Law (November 13, 2018). F. Di Ciommo and O. Troiano (eds.). *GIURISPRUDENZA E AUTORITÀ INDIPENDENTI NELL'EPOCA DEL DIRITTO LIQUIDO - STUDI IN ONORE DI ROBERTO PARDOLESI*, La Tribuna, 2018, p. 235-257.
- BELLANTUONO, Giuseppe. Contract Law and Regulation. *Handbook of Comparative Contract Law*, Elgar Publishing, 2015.
- BELLANTUONO, Giuseppe. Legal Pathways of Decarbonisation in the EU: The Case of Coal PhaseOut. *OIL, GAS AND ENERGY LAW INTELLIGENCE*, v. 17, n. 3, 2019.
- BELLANTUONO, Giuseppe. The misguided quest for regulatory stability in the renewable energy sector. *THE JOURNAL OF WORLD ENERGY LAW & BUSINESS*, v. 10, n. 4, p. 274-292, 2017.

- CÔRTEZ, Pâmela de Rezende; LARA, Fabiano Teodoro; OLIVEIRA, André Matos de Almeida. Políticas Públicas Baseadas em evidências comportamentais - reflexões a partir do Projeto de Lei 488/2017 do Senado. *REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, v. 8, p. 429-454, 2018.
- FRANK, Andre Gunder. El desarrollo del subdesarrollo. *Monthly Review Selecciones en castellano*, n. 4, pp. 144-157, 1966.
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Ubu, 2024. 160 p.
- HALLIDAY, Terence C.; SHAFFER, Gregory (Ed.). *TRANSNATIONAL LEGAL ORDERS*. Cambridge University Press, 2015.
- LARA, Fabiano and Luz, Reinaldo, Leniency Program in the Anti-Corruption Law (August 23, 2018). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3237825>.
- LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Análise Econômica da Propriedade Intelectual. In: Luciano Benetti Timm. (Org.). *DIREITO E ECONOMIA NO BRASIL*. 2ed. São Paulo: Atlas, 2014, v. 1, p. 357-381.
- LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. *PROPRIEDADE INTELECTUAL: UMA ABORDAGEM PELA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
- LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Using Competition Law and Intellectual Property Law to Foster Innovation: A Preliminary Study. In: Giuseppe Bellantuono; Federico Puppo. (Org.). *CONVERGENCES AND DIVERGENCES BETWEEN THE ITALIAN AND THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEMS*. Trento: Università degli Studi di Trento, 2015, v. 14, p. 145-164.
- LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; BELLANTUONO, Giuseppe (Org.). *Law, Development and Innovation*. Cham: Springer International Publishing, 2015.
- LARA, Fabiano Teodoro. Desenvolvimento, Instituições e Desenho de Mecanismos. *POLÍTICAS PÚBLICAS: PLANEJAMENTO E SUSTENTABILIDADE*. Cristiana Fortini Pinto e Silva, Jamile Bergamaschine Mata Diz e Márcio Luís de Oliveira (Org.) Arraes Editores, 2018.
- LARA, Fabiano Teodoro. Development and The Rule Of Law: a comparative study. *REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO*, v. BI, p. 73, 2017.
- MERLONI, Francesco et al. Il whistleblowing in Italia, a cura di Anna Corrado. In: *CORRUPTION AND PUBLIC ADMINISTRATION: THE ITALIAN CASE IN A COMPARATIVE PERSPECTIVE*. Chicago: ANAC, 2019. p. ix-ix.
- NOVAES, Roberto Vasconcelos; WANDERLEY Jr., B. Contrasting approaches to AI regulation: a comparative analysis of the EU AI Act and China's Cyberspace Administration decrees. *Beijing Law Review*, Beijing, v. 16, p. 501-540, 2025. <https://doi.org/10.4236/blr.2025.161025>. ISSN 2159-4635.
- PRADO, Mariana Mota, and Michael J. Trebilcock. *INSTITUTIONAL BYPASSES: A STRATEGY TO PROMOTE REFORMS FOR DEVELOPMENT*. Cambridge University Press, 2018.
- PRADO, Mariana Mota. "Institutional Bypasses in Brazil: Overcoming Ex-Ante Resistance to Institutional Reforms." In *LAW AND POLICY IN LATIN AMERICA*, pp. 113-128. Palgrave Macmillan, London, 2017.
- PRADO, Mariana Mota. The challenges and risks of creating independent regulatory agencies: a cautionary tale from Brazil. *VANDERBILT JOURNAL OF TRANSNATIONAL LAW*, v. 41, p. 435, 2008.
- PRADO, Mariana Mota; HOFFMAN, Steven J. The Concept of an International Institutional Bypass. *AJIL UNBOUND*, v. 111, p. 231-235, 2017.
- PRADO, Mariana Mota; HOFFMAN, Steven J. The promises and perils of international institutional bypasses: defining a new concept and its policy implications for global governance. *TRANSNATIONAL LEGAL THEORY*, v. 10, n. 3-4, p. 275-294, 2019.

PRADO, Mariana; TREBILCOCK, Michael. Path dependence, development, and the dynamics of institutional reform. *UNIVERSITY OF TORONTO LAW JOURNAL*, v. 59, n. 3, p. 341-380, 2009.

ROSE-ACKERMAN, Susan. Corrupción y competencia. *REVISTA DE CIENCIA POLÍTICA*, v. 18, n. 1-2, p. 4351, 2019. ROSE-ACKERMAN, Susan; PALIFKA, Bonnie J. *CORRUPTION AND GOVERNMENT: CAUSES, CONSEQUENCES, AND REFORM*. Cambridge University Press, 2016.

SHAFFER, Gregory. Transnational legal process and state change. *LAW & SOCIAL INQUIRY*, v. 37, n. 2, p. 229-264, 2012.

STOKES, Donald. *O quadrante de Pasteur: a ciência básica e a inovação tecnológica*. Campinas: Unicamp, 2005.

TREBILCOCK, Michael J.; PRADO, Mariana Mota. *ADVANCED INTRODUCTION TO LAW AND DEVELOPMENT*. Edward Elgar Publishing, 2014.

TREBILCOCK, Michael J.; PRADO, Mariana Mota. *DERECHO Y DESARROLLO: GUÍA FUNDAMENTAL PARA ENTENDER POR QUÉ EL DESARROLLO SOCIAL Y ECONÓMICO DEPENDE DE INSTITUCIONES DE CALIDAD*. Siglo XXI Editores, 2019.

TREBILCOCK, Michael J.; PRADO, Mariana Mota. *WHAT MAKES POOR COUNTRIES POOR?: INSTITUTIONAL DETERMINANTS OF DEVELOPMENT*. Edward Elgar Publishing, 2011.

1-F. Sistema Financeiro Nacional: negócios, regulação e repressão criminal e administrativo-sancionadora**Referências temáticas**

- 1) Objetivos do Estado brasileiro para regular os mercados bancário e de valores mobiliários.
- 2) Constante evolução e variação de critérios utilizados pelo Estado para controle de entrada, permanência dos agentes no mercado financeiro brasileiro: discussão sobre a regulação por instituição e a regulação por atividade.
- 3) O conceito de bem jurídico para o direito penal e sua distinção de meras funções administrativas.
- 4) Inovação, tecnologia e mercado financeiro. O Banco Central do Brasil e o Pix: discussões sobre regulação e condução de infraestruturas de mercado.
- 5) Estrutura do mercado de capitais e sua tutela penal.
- 6) Políticas fiscal e monetária, inflação e ações do Banco Central do Brasil e do Governo brasileiro. Os crimes de moeda falsa.
- 7) Regulação e supervisão financeira: discussões sobre foco setorial ou em objetivos (Twin Peaks).
- 8) A regulação estatal de agentes atuantes no mercado de crédito, não integrantes do Sistema Financeiro Nacional por meio da intervenção penal: o caso empresa simples de crédito – ESC.
- 9) Processo administrativo sancionador conduzido pelo Banco Central do Brasil.
- 10) Crimes em espécie contra o Sistema Financeiro Nacional.

Referências bibliográficas

ALVARES, Jefferson. O Banco Central do Brasil não está só: estabilidade e dominância monetária no Direito brasileiro atual. p. 139-176. In: NEVES, Rubia Carneiro (Org.). *Novas Fronteiras do Sistema Financeiro Nacional*. V.4. Belo Horizonte: Expert, 2025. Disponível: <https://www.institutofinreg.com.br/storage/downloads/6Xa8Cw8AY5Mlj7wknVoat0C0fa5KfTKNkU6nITJh.pdf>. Acesso em: 22 maio 2026.

BRODT, Luís Augusto Sanzo. Bem jurídico e criminalidade em espécie econômica: uma abordagem sob a perspectiva da teoria pessoal do bem jurídico. In: (org.). *Criminalidade econômica em debate*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2018. Disponível em: <https://institutofinreg.com.br/storage/downloads/4uWszhWRGTsHG8ORqFhsVp0I4noM9AUH4K2Ux1bw.pdf>. Acesso em 25 maio 2026.

BRODT, Luís Augusto Sanzo. NEVES, Rubia Carneiro. Empresa simples de crédito, intervenção penal e as teorias de Winfried Hassemer e Juarez Tavares. *Revista Justiça do Direito*. v. 35, n. 2, 2021, p. 62-94. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/68062/2/Empresa%20Simples%20de%20Cr%C3%A9dito%20C%20Interven%C3%A7%C3%A3o%20penal%20e%20as%20Teorias%20de%20Winfried%20Hassemer%20e%20Juarez%20Tavares.pdf> Acesso em 01 jun. 2025.

CUNHA, Lorraine de Paiva. Estudo empírico sobre melhorias promovidas pela Lei n. 13.506/2017 à condução de processos administrativos sancionadores pelo Banco Central do Brasil. 2025. 135 f. Orientadora: Rubia Carneiro Neves. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/474e1651-2354-43f3-bbf7-34300acf02d2/content>. Acesso em 22 maio 2026.

FREIRE, Lucas Alves. Banco Central do Brasil e Pix: análise jurídica da criação, operação e limites institucionais do ecossistema de pagamentos instantâneos brasileiro. p. 247-280. In: NEVES, Rubia Carneiro (Org.). *Novas Fronteiras do Sistema Financeiro Nacional*. V.4. Belo Horizonte: Expert, 2025. Disponível: <https://www.institutofinreg.com.br/storage/downloads/6Xa8Cw8AY5Mlj7wknVoat0C0fa5KfTKNkU6nITJh.pdf>. Acesso em 22 maio 2026.

MELO FILHO, Augusto Rodrigues Coutinho de. *Regulação financeira por objetivos: um modelo regulatório para o futuro?* 2018. 106 f. Orientador: Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo. Dissertação (Mestrado em Direito de Regulação) – Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/9ce9a9ca-ae85-4152-8d49-513864597a37/content>. Acesso em: 22 maio 2026.

NEVES, Rubia Carneiro et al. Um exercício de verificação da observância dos objetivos estatais para regular os mercados bancário e de valores mobiliários em normas do CMN e da CVM. *Revista da Procuradoria Geral do Banco Central*. v. 14, n. 2, Dez. 2020. p. 116-135. Disponível em <https://revistapgbc.bcb.gov.br/revista/article/download/1081/60/1162>. Acesso em 02 mar. 2022.

NEVES, Rubia Carneiro. Critérios adotados pelo estado para a regulação do mercado brasileiro de movimentação profissional de recursos financeiros. p. 23-91. In: NEVES, Rubia Carneiro (Org.). *Novas Fronteiras do Sistema Financeiro Nacional*. V.4. Belo Horizonte: Expert, 2025. Disponível: <https://www.institutofinreg.com.br/storage/downloads/6Xa8Cw8AY5Mlj7wknVoat0C0fa5KfTKNkU6nITJh.pdf>. Acesso em: 22 maio 2026.

SILVA, Leandro Novais e. Startups digitais e big techs nas finanças ou criação disruptiva? *Revista Estudos Institucionais*, v.9, n. 2, pp. 418-466, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/764/839>. Acesso em 24 maio 2026.

TAFFARELLO, Rogério Fernando. ARRUY, Larissa Lancha Alves de Oliveira. Leardini, Flávia Guimarães. Crimes financeiros e contra o mercado de capitais: a reforma da Lei 13.506/17 e interseções entre regulação econômica, direito administrativo sancionador e direito penal. *Revista de direito penal econômico e compliance: Revista dos Tribunais*, v. 2, n. 5, p. 163-187, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://www.institutofinreg.com.br/storage/downloads/GweLHOVDFraYS7O3KTpey0NhaWXN3kxyO7DNfVEt.pdf>. Acesso em 22 maio 2026.

Projetos coletivos da Linha de Pesquisa 2

2-A. A Construção Democrática das Decisões Judiciais: as garantias judiciais como direitos humanos

Referências temáticas

- 1) Normas fundamentais do Processo Civil
- 2) Tutelas jurisdicionais: clássicas (declaratória, constitutiva e condenatória) e diferenciadas (tutelas provisória, inibitória e específica)
- 3) Negócios processuais
- 4) Jurisprudência e precedentes no processo civil
- 5) Recursos constitucionais: recurso especial e recurso extraordinário
- 6) Gerenciamento e gestão processuais e efetividade do processo civil
- 7) Preclusão, coisa julgada e ação rescisória
- 8) Processo de execução e cumprimento de sentença
- 9) Processo coletivo e processo estrutural.
- 10) Métodos consensuais de resolução de conflitos

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Érico. A atuação judicial e o contraditório: o art. 10 do CPC/2015 e as consequências da sua violação. **Revista de Processo**, vol. 283, set/2018, pp. 55-106.
- ANDRADE, Érico. A contratualização do processo. In: Fernando Gonzaga Jayme, Gláucio Maciel Gonçalves, Juliana Cordeiro de Faria, Marcelo Veiga Franco, Mayara de Carvalho Araújo, Suzana Santi Cremasco. (Org.). **Processo Civil Brasileiro** - Novos Rumos a partir do CPC/2015. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2016, v. 01, p. 47-65.
- ANDRADE, Érico; THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Impactos da Constituição Federal na evolução do processo civil in 30 Anos da Constituição Federal e o Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense-Gen, 2018, p. 303-355.
- ANDRADE, Érico. Gestão processual flexível, colaborativa e proporcional: cenários para implementação das novas tendências no CPC/2015. **Rev. Fac. Direito UFMG**, n. 76, jan/jun 2020, pp. 183-212.
- ANDRADE, Érico. As novas perspectivas do gerenciamento e da “contratualização” do processo. **Revista de Processo**, v. 193, p. 167-199, 2011.
- ARAUJO, M. C.; SOUZA, C. M. G.; JORGE, A. C. R.; JAYME, Fernando Gonzaga. A atuação do advogado na autocomposição de conflitos de acordo com o novo CPC e a Lei de Mediação. **Revista Eletrônica - Tribunal Regional do Trabalho do Paraná**, v. 53, p. 59, 2016.
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Efetividade do processo e técnica processual**. São Paulo: Malheiros, 2006.
- BONATO, Giovanni. Algumas considerações sobre coisa julgada no Novo Código de Processo Civil brasileiro: limites objetivos e eficácia preclusiva. **Revista de Processo Comparado - RPC**, São Paulo, Revista dos Tribunais, ano 1, vol. 2, jul-dez 2015, p. 121- 143.

COMOGLIO, Luigi Paolo. **Ética e técnica del giusto processo**. Milão: G. Giappichelli, 2004.

GONCALVES, G. F. M.; GOUVÊA, A. L. de. A proteção jurisdicional dos direitos da personalidade nos casos de urgência: a tutela inibitória no novo Código de Processo Civil. In: Francisco Antônio de Barros e Silva Neto, Frederico Augusto Leopoldino Koehler, Leonardo Carneiro da Cunha, Roberto Paulino de Albuquerque Júnior, Venceslau Tavares Costa Filho. (Org.). **Relações e influências recíprocas entre direito material e direito processual**. 1ed.Salvador: Jus Podium, 2017, v. 1, p. 163-182.

GONCALVES, G. F. M. A calendarização do processo e a ampliação do prazo de defesa no CPC de 2015. In: Fernando Gonzaga Jayme; Renata Christiana Vieira Maia; Ester Camila Gomes Norato Rezende; Helena Lana. (Org.). **Inovações e modificações do Código de Processo Civil** - avanços, desafios e perspectivas. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2017, v. 1, p. 97-109.

GONCALVES, G. F. M. Direito e Tempo. In: Jayme, Fernando Gonzaga; Faria, Juliana Cordeiro de; Lauar, Maira Terra. (Org.). **Processo civil**: novas tendências: homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2011, v. 1, p. 281-293.

GONCALVES, G. F. M.; DUTRA, V. B. Apontamentos sobre o novo incidente de resolução de demandas repetitivas do Código de Processo Civil de 2015. **Revista de Informação Legislativa**, v. 208, p. 189-202, 2015.

GONCALVES, G. F. M. A Organização dos Tribunais e a Gestão do Tempo. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro da Universidade de Lisboa**, v. 12, p. 7521-7546, 2012.

GONCALVES, G. F. M.; ASSIS, G. B. P. O prospective overruling nas Supremas Cortes brasileiras: a possibilidade de modulação temporal dos efeitos das decisões revogadoras de precedentes consolidados à luz da dogmática jurídica moderna e do novo Código de Processo Civil - CPC/2015. **Revista de Processo**, v. 258, p. 357-385, 2016.

JAYME, Fernando G. **Manual de Direito Processual Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2023.

JAYME, Fernando G. MENDES, Aluísio. NUNES, Dierle. A nova aplicação da jurisprudência e precedentes no CPC/2015 JAYME, Fernando Gonzaga; FRANCO, M. V. O princípio do contraditório no Projeto do novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, v. 227, p. 221-243, 2014.

JAYME, Fernando Gonzaga; SOUZA, C. M. G. (Org.); SCHMIDT, M. H. F. M. (Org.); PEREIRA, R. A. G. C. (Org.). **Mediação de Conflitos**: a emergência de um novo paradigma. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016. v. 1. 280p.

JAYME, Fernando Gonzaga; GONÇALVES, Gláucio Maciel; MAIA, Renata Christiana Vieira. Teoria Geral dos Recursos Cíveis. In: JAYME, F.G.; MAIA, R.C.V.; REZENDE, E.N.V. (Org.). **INOVAÇÕES E MODIFICAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL** - AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2017, v. 1, p. 369-412.

JAYME, Fernando Gonzaga; FRANCO, M. V. O princípio do contraditório no Projeto do novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, v. 227, p. 221-243, 2014.

JAYME, Fernando Gonzaga; MAIA, Renata Christiana Vieira; LIPIENSKI, Marcos Vinicius. A resiliência jurisprudencial na observância do dever de fundamentação das decisões. In: JAYME, Fernando Gonzaga; MENDES, Aluisio; NUNES, Dierle. (Org.). **A nova aplicação da jurisprudência e precedentes no CPC/2015**. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. 1, p. 401-414.

MAIA, Renata C. Vieira. A identidade física do juiz como princípio consectário do processo cooperativo. In: Paulo Henrique Santos Lucon; Juliana Cordeiro de Faria; Edgard Audomar Marx Neto; Ester Camila

Gomes Norato Rezende. (Org.). **Processo Civil Contemporâneo** - Homenagem aos 80 anos do professor Humberto Theodoro Júnior. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2018, v. 1, p. 222-237.

NUNES, Dierle, et alli. **Novas tendências do processo civil**: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil. Vols. I a III. Salvador: Juspodium.

NUNES, Dierle José Coelho; ANDRADE, Érico. Os contornos da estabilização da tutela provisória de urgência antecipatória no Novo CPC e o mistério da ausência de formação da coisa julgada. In: Didier Jr, Fredie; Macêdo, Lucas Buril; Peixoto, Ravi; Freire, Alexandre. (Org.). **Coleção Novo CPC** - Doutrina Seleccionada - Procedimentos Especiais, Tutela Provisória e Direito Transitório. 1ed.Salvador: Jus Podium, 2015, v. 4, p. 61-93.

PISANI, Andrea Proto. **Le Tutele Giurisdizionali dei Diritti**: Studi. Napoli: Jovene Editore, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **O Processual Civil Brasileiro**: No Limiar do Novo Século. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

VITORELLI, Edilson. **Processo civil estrutural** – teoria e prática. 5ª ed. Salvador: Juspodium, 2024.

2-B. Acesso à Justiça pela via dos Direitos, Soluções Consensuais de Conflitos e Justiça Digital**Referências temáticas**

- 1) Acesso à Justiça pela Via dos Direitos
- 2) Soluções Consensuais de Conflitos
- 3) Justiça Digital

Referências Bibliográficas**1. Acesso à Justiça pela Via dos Direitos**

ARESE, César. **Acceso a la tutela judicial efectiva laboral en países de América del Sur**. Genebra: Documento de Trabajo de La Oit 10, 2020. 105p.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie e GOMES, Lilian. **Cartografia da Justiça no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2013, 216 p.

CAPPELLETTI, Mauro. Processo, Ideologias e Sociedade. Volume 1: Capítulo: "Acesso a Justiça: Acesso a Justiça como Programa de Reforma e como Método de Pensamento". Volume 2: Seção II – números 3 e 4. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2010.

MARONA, Marjorie. **Acesso à qual justiça?** [manuscrito]: a construção da cidadania brasileira para além da concepção liberal - 2013. Orientador: Leonardo Avritzer. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9M4L5>

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Acesso à Justiça pela Via dos Direitos Trabalhistas. https://www.academia.edu/49266501/ACESSO_A_JUSTICA_PELA_VIA_DOS_DIREITOS_TRABALHISTAS

2. Soluções de Conflitos

SILVA, Nathane Fernandes. **O Diálogo dos Excluídos**: A mediação informativa como instrumento de ampliação do acesso à justiça pela via dos direitos no Brasil. Lumen Iuris, São Paulo, 2018, 220p.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Intercondições e formas de solução de conflitos: abordagem e tratamento adequado face a centralidade consensual sistêmica a partir da Resolução 125/CNJ. <https://www.academia.edu/49621351/>

SOLER, Raul Calvo. **Mapeo de Conflictos**. Técnica para la exploración de los conflictos. Barcelona: Editorial Gedisa S.A, 2014.

SIX, Jean-François. **Dinâmica da Mediação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

YARSHELL, Flávio Luiz; COSTA, Susana Henriques da; FRANCO, Marcelo Veiga (Coord.). **Estudos em homenagem ao Professor Marc Galanter**. 2021.

3. Justiça Digital

MORATO, Otavio; NUNES, Dierle. **Inteligência artificial**: O Desafio da Explicabilidade. 2. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2026.

Malone, Hugo; NUNES, Dierle. **Manual da Justiça Digital**: Compreendendo a Online Dispute Resolution, os Tribunais Híbridos e a Inteligência Artificial Analítica e Generativa no Direito (2025). 3. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2025.

PEREIRA, João Sérgio dos Santos Soares; NUNES, Dierle. **Inteligência artificial no Judiciário**: Diagnóstico, Governança e Futuro. 1. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2026.

RODRIGUES, Bruno Alves. **A Inteligência Artificial no Poder Judiciário e a Convergência com a Consciência Humana para a Efetividade da Justiça**. Editora Revista dos Tribunais, 2021. 312 p

SALOMÃO, Luis Felipe (Coord.). **Inteligência artificial**: Tecnologia Aplicada à Gestão dos Conflitos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. Fundação Getulio Vargas. FGV Conhecimento: Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário. 2021. Disponível em: https://conhecimento.fgv.br/sites/default/files/2022-08/publicacoes/estudos_e_pesquisas/ia_1afase.pdf

2-C. Administração da Justiça, Governança e Políticas Públicas

Referências temáticas

- 1) Neoconstitucionalismo: evolução do constitucionalismo ocidental, constitucionalismo principialista e constitucionalismo garantista.
- 2) Constituição econômica como extensão da constituição política: o papel do Supremo Tribunal Federal no controle de políticas públicas econômicas sob perspectiva interseccional.
- 3) O Judiciário como agente de transformação social e promoção dos direitos humanos sob perspectiva interseccional.
- 4) Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial e Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero: o desafio da promoção de mudanças epistemológicas e estruturais face ao risco de esvaziamento e uso retórico (diversity washing).
- 5) Sistema NINTER: participação sindical na administração da justiça e resolução adequada de conflitos trabalhistas conforme a Resolução 174/16 do CSJT.
- 6) A cooperação judiciária como estratégia de administração da justiça na organização judiciária brasileira: dimensões processual e extraprocessual.
- 7) Processo oral, processo civil humanizado e inteligência artificial.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, João Alberto de; MAIA, Renata C. Vieira (orgs.) **Processo Civil Humanizado** - João Alberto de Almeida e Renata C. Vieira Maia (Organizadores) - Editora Expert - Belo Horizonte - 2021.
<https://pos.direito.ufmg.br/downloads/Processo-Humanizado.pdf>
- BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento** – leitura a partir da Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 2005. (Capítulos 1 e 2)
- BUCCI, Maria Paula Dallari. A abordagem direito e políticas públicas no Brasil: quadros analíticos. In: **Revista Campo de Públicas: conexões e experiências**. v.2, n.1, 2023.
- CAPONI, Remo. Il processo civile telematico tra scrittura e oralità. In: BAMBI, Federigo. *Lingua e processo: le parole del diritto di fronte al giudice atti del convegno*. Firenze: Accademia della Crusca, 2016.
- CAPPELLETTI, Mauro. O valor atual do princípio da oralidade. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, v. 21, p. 255-260, mar./2002.
- CHAVES JUNIOR, José Eduardo de Resende. Cooperação Judiciária na Justiça do Trabalho. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 61, n. 92, p. 107-130, jul./dez. 2015.
- DIDIER JR, Fredie. **Cooperação Judiciária Nacional**: Esboço de uma teoria para o Direito brasileiro. Salvador: Juspodivm, 2021. (Parte II)
- GARAVITO, César Rodríguez. **La globalización del estado de derecho** – el neoconstitucionalismo, el neoliberalismo y la transformación institucional en América Latina. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Derecho, Centro de Investigaciones Sociojurídicas, Ediciones Uniandes, 2008.

KNEIPP, Pedro Mallet. Identidade física do juiz no direito processual brasileiro: análise dos motivos da omissão do código de processo civil de 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, 2023.

LÍRIO DO VALLE, Vanice Regina. Controle judicial de políticas públicas: Sobre os riscos da vitória da semântica sobre o normativo. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, 14 (14.2), 387–408.

MAIA, Renata C. Vieira et al (Orgs.) A oralidade, processo do Séc. XXI. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. <https://pos.direito.ufmg.br/downloads/A-oralidade-processo-do-S%C3%A9c.-XXI.pdf>

MAIA, Renata Christiana Vieira. A efetividade do processo de conhecimento mediante a aplicação do processo oral. 2015. 290 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MOREIRA, Vital. Economia e Constituição – para o conceito de constituição econômica. **Boletim de Ciências Econômicas**. Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra – Volume XXVII, 1974. (Capítulo 5)

RICHA, Morgana de Almeida. **Políticas Públicas Judiciárias e Acesso à Justiça**. São Paulo: LTr Editora. (Capítulo 4)

SANTOS, Fabiane Cristina dos; LIPOVETSKY, Nathalia. Aplicação do protocolo para julgamento com perspectiva de gênero em decisões sobre benefício previdenciário de auxílio por incapacidade temporária. **Revista DCS**, [S. l.], v. 23, n. 89, p. e5318, 2026. DOI: 10.54899/dcs.v23i89.5318. Disponível em: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/5318>.

SLAUGHTER, A. M. **A New World Order**. Princeton University Press, 2004. (Capítulo 2)

TAYLOR, Matthew M. O Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil. In: **Revista Dados**, 50 (2); 2007 <https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000200001>

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. **O sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista**: Do fato social ao instituto jurídico: uma transição neoparadigmática do modelo de organização do trabalho e da administração da justiça. 1. ed. São Paulo: LTr, 2014. v. 2. (Capítulos 4 e 5).

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. **Pressupostos filosóficos e político-constitucionais do sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista** – teoria e prática da razão dialógica e do pensamento complexo na organização do trabalho e na administração da justiça: democracia integral e ética de responsabilidade social. São Paulo: LTr, 2014, (Capítulo 1).

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. As múltiplas dimensões da cooperação judiciária na administração da justiça brasileira. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie; CABRAL, Antônio do Passo (Org.). **Cooperação Judiciária Nacional** - Grandes temas do Novo CPC. Salvador: JusPodivm, 2021, v. 16. Cap. 6, p. 145-180.

ZAGREBELSKY, Gustavo. **El Derecho dúctil**. Trad. Marina Gascón. 6. ed. Madrid: Editorial Trotta, 2005. (Capítulos 2 e 6).

2-D. Direitos e Litígios Coletivos e Estruturais: Perspectivas Nacional e Comparada

Referências temáticas

- 1) A Evolução Histórica das Ações Coletivas no Direito Comparado, na Formação do Sistema Integrado de Tutela aos Direitos Coletivos Brasileiro e as Principais Discussões do Novo Projeto de Lei que Disciplina o Processo Estrutural no Brasil;
- 2) O Funcionamento do Sistema Integrado de Tutela aos Direitos Coletivos Brasileiro sob o Viés Constitucional e à Luz da Teoria do Diálogo das Fontes;
- 3) Direito Material Coletivo e a Judicialização de Políticas Públicas no Âmbito do Processo Coletivo como Forma de Efetivação da Tutela de Direitos Fundamentais e Sociais;
- 4) Identificação, Características e Controvérsias quanto à Legitimação Ativa e a Atuação dos Legitimados Extraordinários em Defesa dos Direitos das Coletividades e das Minorias Vulneráveis;
- 5) Aspectos Controvertidos sobre a Competência e as Regras de Prevenção na Sistemática Processual Brasileira de Defesa aos Direitos Coletivos Lato Sensu, e os Institutos Processuais da Conexão, Continência e Litispendência;
- 6) Extensão da Coisa Julgada e a Execução de Sentenças Coletivas e Estruturais no Sistema Integrado de Tutela das Coletividades no Brasil e seus Fundamentos Frente as Classificações, Legal e Doutrinária, quanto as Espécies de Direitos e Litígios Coletivos;
- 7) A Recomposição do Dano Patrimonial e/ou Moral Coletivo: Possibilidades, Finalidades e Controvérsias Enfrentadas pela Doutrina e Prática Processual Coletiva e Estrutural.
- 8) Novos Paradigmas sobre a Identificação Conceitual e Relacional, a Flexibilidade e Estabilidade das Decisões Judiciais e Extrajudiciais nos Processos Coletivos Comuns e nos Estruturais.

Referências Bibliográficas

- CABRAL, Antônio do Passo. Convenções Processuais: teoria geral dos negócios jurídicos processuais. 4o ed. (rev., atual. e ampliada) São Paulo: Editora JusPodivm, 2023. 512 p.
- CHIUZULI, Danieli et ASPERTI, Maria Cecília de Araújo (Coord.). Acesso à Justiça e a Tutela Coletiva de Direitos: análise dos projetos de lei 4.441/20; 4778/20; e 1641/21, que propõem alterações na regulação das ações coletivas no Brasil. (Clínica de Acesso à Justiça da FDV Direito SP.- direitos.fgv.br) Dez/21. 85 p.
- DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes; OLIVEIRA, Raphael Alexandria. Elementos para uma Teoria do Processo Estrutural Aplicada ao Processo Civil Brasileiro. In: Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 75, p. 101-136, jan./mar. 2020.
- GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; MULLENIX, Linda. Os Processos Coletivos nos Países de Civil Law e Common Law: uma análise de direito comparado. 2a ed. Rev. e Atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2011. 464 p.
- GIDI, Antônio; TESHEINER, Jose Maria; THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau (org.) Processos Coletivos: ação civil pública e ações coletivas. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015. 247 p.
- MARQUES, Cláudia Lima et MIRAGEM, Bruno. Diálogo das Fontes: novos estudos sobre a coordenação e aplicação das normas no direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

THIBAU, Tereza C. Sorice Baracho (Coord. e Org.); ALVARENGA, Samuel (Org.). Direito e Processo Coletivo: diálogos interdisciplinares. Belo Horizonte: Editora Vorto, 2019. 302 p.

THIBAU, Tereza C. Sorice Baracho (Coord. e org.); SEVERINO, Lorena de O.; FIRME FILHO, Carlos Roberto (org.). Direito e Processo Coletivo e Estrutural: perspectivas comparadas, São Paulo: Dialética, 2024, 354 p.

VIOLIN, Jordão. Processos Estruturais na Perspectiva Comparada: a experiência Norte-Americana na resolução de litígios policêntricos. Salvador: Editora Juspodivm, v. 1, 2023. 304 p.

VITORELLI, Edilson. O Devido Processo Legal Coletivo: dos direitos aos litígios coletivos. 3a ed. Revista e ampliada (Coleção o novo processo civil - Coord. MARINONI L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D.). In: Revista dos Tribunais, São Paulo: Thomson Reuters 2022. 680 p.

VITORELLI, Edilson; ZANETI JR, Hermes (Coord.). Casebook de Processo Coletivo: Estudos a Partir de Casos. Volume 1: Tutela Jurisdicional Coletiva. São Paulo: Almedina, 2020, 580 p.

VITORELLI, Edilson; ZANETI JR, Hermes (Coord.). Casebook de Processo Coletivo: Estudos a Partir de Casos. Volume 2: Técnicas Extrajudiciais de Tutela Coletiva e Temas Especiais. São Paulo: Almedina, 2020, 512 p.

VITORELLI, Edilson. Levando os Conceitos a Sério: processo estrutural, processo coletivo, processo estratégico e suas diferenças. São Paulo: Thomson Reuters, In: Revista de Processo, vol. 284, 2018, p. 333-369.

VITORELLI, Edilson. Processo civil estrutural – teoria e prática. 5ªa ed. Salvador: Juspodium, 2024.

2-E. Justiça Socioespacial, Direito à Cidade e ao Território**Referências temáticas**

- 1) Direito à Cidade;
- 2) Política Urbana;
- 3) Direito à Moradia Adequada;
- 4) População em Situação de Rua;
- 5) Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais-o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos avançados, v. 24, p. 103-119, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/hSdks4fkGYGb4fDVhmb6yxk/>

ALFONSIN, Jacques Távora. A função social da cidade e da propriedade privada urbana como propriedades de funções. Revista Brasileira de Direito Urbanístico, Belo Horizonte: Fórum, v. 7, n. 13, p. 219-244, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibdu.org.br/direitourbanistico/article/view/rbdu13alfonsin>. Acesso em: 16 jun. 2025.

DIAS, André Luiz Freitas; REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. Os desafios éticos da pesquisa social aplicada, In: REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo, VIANA, Igor Campos, BETTONI, Isabela de Araújo (Org.). Nas entranhas do Direito métodos e escritas do corpo. Belo Horizonte: Expert, 2022, p. 139-175. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/08/Nas-entranhas-do-direito.pdf>

DIAS, André Luiz Freitas; REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. Dano-morte, Necroeconomia e Dano Existencial no rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho, MG. Plataforma Áporo, Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Marginália Comunicação, 2021. Disponível em: <https://polos.direito.ufmg.br/wpcontent/uploads/2021/07/Nota-Tecnica-Brumadinho.pdf>

DIAS, Maria Tereza Fonseca et al. Cartografia sociojurídica de ocupações urbanas da RMBH In: DIAS, Maria Tereza Fonseca; CALIXTO, Juliano dos Santos (Org.) As ocupações urbanas e o direito fundamental à moradia adequada na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, p. 86-183. Disponível em: <https://www.editorafi.org/53urbanas>.

GAIO, Daniel. Ciudad Compacta y Sustentabilidad. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira; DINIZ, Pedro Ivo Ribeiro (Org.). Agenda 2030 y el Desarrollo Sostenible em el contexto Latinoamericano. Belo Horizonte: Centro de Direito Internacional, 2021, p. 139-153. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/273477/11528179/AGENDA+2030+Y+EL+DESARROLLO+SOSTENIBLE+EN+EL+CONTEXTO+LATINOAMERICANO.pdf/d2122f27-9a5f-46b8-6156-1094dbbc5daf?version=1.0&t=1612290620466>

GAIO, Daniel. A participação do Estado na formação do solo urbano e os mecanismos de recuperação de mais-valias no Brasil. Cuaderno Urbano. Espacio, Cultura, Sociedad. Resistencia (Argentina), nº 12, p.

- 27-42, jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.unne.edu.ar/index.php/crn/article/view/557/489>>.
- HARARI, Teresa et al. Social Validation as a Key Process to Participatory and Engaged Research: Learning from a Brazilian Academic Program. *CJNSER/ReCROES*, vol. 16, nº 2, p. 01-15, 2025. Disponível em: <https://anserj.ca/index.php/cjnser/article/view/695/464>
- HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas sociais*, n. 29, p. 73-89, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18497>
- MADDEN, David; MARCUSE, Peter. En defensa de la vivienda. Madrid: Capitain Swing, 2018. [p. 27 a 73]
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018. [p. 38 a 61]
- MELLO, C. A. P. de. Elementos para uma teoria jurídica do plano diretor. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, n. 16, v. 4, p. 96–124, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rdc.2024.83080>
- PEREIRA, Pedro Prazeres Fraga; CORTESE, Vicente de Azevedo Bastian; ALFONSIN, Betânia de Moraes. A ordem urbanística em juízo: o Estatuto da Cidade e o Superior Tribunal de Justiça. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU*, Belo Horizonte: Fórum, v. 10, n. 19, p. 9–28, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibdu.org.br/direitourbanistico/article/view/952>
- POLOS DE CIDADANIA Programa Polos de Cidadania da UFMG - Plataforma Áporo: A Criminalização dos Atingidos pela Mineração em Macacos: relatório de pesquisa sobre a ação penal n. 0041987-65.2021.8.13.0188. REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo (organizadora) - Belo Horizonte: Marginália Editora, 2024. Disponível em: <https://polos.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2024/08/RELATORIO-DE-PESQUISA-SOBRE-A-ACAO-PENAL-N-a-criminalizacao-dos-atingidos-pela-mineracao-em-Macacos.pdf>
- POLOS DE CIDADANIA Programa Polos de Cidadania da UFMG – Plataforma Áporo: Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos e danos ao meio ambiente no distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), Nova Lima e sua relação com o acordo de Brumadinho, MG. REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo (organizadora) – Belo Horizonte: Marginália Editora, 2023. Disponível em: https://polos.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2023/10/Relatorio-sobre-a-situacao-dos-direitos-humanos-e-danos-ao-meio-ambiente-No-distrito-de-Sao-Sebastiao-das-Aguas-Claras-Macacos-Nova-Lima_MG-e-de-Brumadinho-MG.pdf
- ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 11, n. 2, p. 31-50, 2009. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/219>
- SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo na Constituição brasileira. In: SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. Editora Peirópolis LTDA, 2005, p. 36-71.
- ONU HABITAT. El derecho a una vivienda adecuada. Folleto Informativo nº 21/Rev 1, abr. 2010. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_sp.pdf

2-F. Novas Fronteiras entre o Direito Material e Processual

Referências temáticas

- 1) Tutela específica e conformação procedimental à tutela das obrigações. Mecanismos de tutela diferenciada e novos sistemas de resolução de conflitos. Limites para utilização das medidas coercitivas atípicas.
- 2) Ato ilícito e responsabilidade civil. Tutela processual do ilícito. Tutela inibitória.
- 3) Direito material e prova. Provas típicas e atípicas. Prova emprestada. Presunções, indícios e regras da experiência.
- 4) Contratualização das relações privadas, soluções consensuais de conflitos. Arbitragem. Contratualização do processo. Negócio jurídico processual.
- 5) Prescrição e decadência. Interseções entre direito material e direito processual. Prescrição intercorrente.
- 6) Autonomia privada. Revisão e resolução dos contratos. Mecanismos de tutela processual no ambiente contratual.
- 7) Litigiosidade repetitiva e mecanismos processuais para seu tratamento adequado. Precedentes. IRDR e recursos especiais e extraordinários repetitivos.
- 8) Garantias reais. Autotutela executiva. Modelos de execuções extrajudiciais.
- 9) Os modelos de desconsideração da personalidade jurídica e o incidente processual de desconsideração da personalidade jurídica. Possibilidades e limites.
- 10) Tutelas de cognição plena. Tutelas de cognição sumária. Acertamento judicial e coisa julgada.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Érico. Novas fronteiras da arbitragem: superação da discussão em torno da natureza contratual ou jurisdicional. *Revista de Processo*, vol. 305/2020, p. 461/491.
- ANDRADE, Érico; FARIA, Juliana Cordeiro de; ZULBERTI, Martino. *Coisa Julgada – Aspectos comparados Brasil-Itália*. Indaiatuba: Editora Foco, 2022.
- ANDRADE, Érico. PARENTONI, Leonardo Netto. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica in RODRIGUES, Marcelo Abelha; DE CASTRO, Roberta Dias Tarpinian; SIQUEIRA, Thiago Ferreira; NAVARRO, Trícia. *Desconsideração da personalidade jurídica. Aspectos materiais e processuais*. Indaiatuba: Editora Foco, 2023.
- ARAÚJO, José Aurélio de. *Cognição sumária, cognição exaustiva e coisa julgada*. São Paulo: Ed. RT, 2017.
- CABRAL, Antonio do Passo. *Convenções processuais*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2023.
- CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, Tomo 2 (2020).
- CORREIA, Atalá. *Prescrição: entre passado e futuro*. São Paulo: Almedina, 2021.
- COUTO E SILVA, Clóvis. *A obrigação como processo*. São Paulo: FGV, 2006.
- DELFINI, Francesco. *Autonomia privata e contratto*. 3ª ed. Torino: G. Giappichelli Editore, 2019.
- ELGUETA, Giacomo Rojas. *Autonomia privata e responsabilità patrimoniale del debitore*. Milano: Giuffrè Editore, 2012.

- GABBAY, Daniela Monteiro; CUNHA, Luciana Gross. Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no Judiciário: uma análise empírica. São Paulo: Saraiva, 2013.
- LIMA, Alvino. Culpa e Risco. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- LOPES, Christian Sahb Batista; SILVA, L. S. O. Dúvida acerca do método de resolução de disputa eleito pelas partes. Revista Brasileira de Arbitragem, v. 52, p. 101-154, 2016.
- MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. Revisão contratual. São Paulo: Almedina, 2020.
- MARINONI, Luiz Guilherme. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. São Paulo: Editora RT, 2016.
- MILAGRES, Marcelo de Oliveira. Contratos imobiliários: impactos da pandemia do coronavírus. São Paulo: Editora Foco, 2020.
- MILAGRES, Marcelo de Oliveira. Direitos das Coisas. 5ª ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido. 2024.
- PARENTONI, Leonardo Netto. Desconsideração Contemporânea da Personalidade Jurídica. São Paulo: Quartier Latin, 2015.
- PATTI, Salvatore; POLI, Roberto (a curi di). Il ragionamento presuntivo. Torino: G. Giappichelli Editore, 2022.
- RIBEIRO, Flávia Pereira. Desjudicialização da execução civil. 3ª ed. Curitiba: Juruá Editora, 2022.
- TARUFFO, Michele. A prova. São Paulo: Marcial Pons. 2014.
- TESCARO, Mauro. Decorrenza della prescrizione e autoresponsabilità: la rilevanza civilistica del principio contra non valentem agere non currit praescriptio. Padova: Cedam, 2006.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. Novas perspectivas para atuação da tutela executiva no Direito Brasileiro: autotutela executiva e "desjudicialização" da execução. Revista de Processo, v. 315, maio 2021, p. 109-158.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. Precedentes no Processo Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. Autotutela executiva. Execução extrajudicial positivada. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. ANÁLISE COMPARATIVA DO ACERTAMENTO JUDICIAL NO DIREITO ITALIANO E NO DIREITO BRASILEIRO. Revista de Processo, 336/2023, p. 47/82.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico; FARIA, Juliana Cordeiro de. O fracionamento da demanda no direito brasileiro: análise comparada com o direito italiano. Revista de Processo, vol. 344/2023, p. 325/357.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Prescrição e Decadência. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.
- TISCINI, Roberta. I provvedimenti decisori senza accertamento. Torino: G. Giappichelli Editore, 2009.

2-G. Produção do Direito, Interlegalidade e Discursividade**Referências temáticas**

- 1) Legisprudência, Ciência da Legislação, Teoria da Legislação.
- 2) Abordagens etnográficas: produção do direito, direitos humanos e minorias.
- 3) História da Legislação: a normatividade agroalimentar
- 4) Legística e Avaliação Legislativa: Métodos, desafios e boas práticas.
- 5) Linguagem Simples e Inovações da Linguagem da Lei.
- 6) Elaboração Normativa, tecnologia e comunicação.
- 7) Formação do direito, opinião pública e *mass media*: Linguagens, oralidade e escrita em tempos interconectados.
- 8) O conhecimento do direito e a tradução pelos meios de comunicação.

Referências bibliográficas

- ATIENZA, Manuel. Contribución a uma teoria de la Legislación. Civitas: Espanha, 1997.
- BASTIT, Michel. **Nascimento da Lei Moderna**: O pensamento da lei de Santo Tomás a Suarez. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, Martins Fontes: São Paulo, 2010.
- BENTHAM, Jeremy. **Nomography or the art of inditing laws**, 1843.
- BLACK, Julia. **Procedimentalizando a Regulação**: Parte I. In: MATTOS, Paulo Todescan Lessa (Coord.). Regulação Econômica e Democracia: O Debate Europeu. São Paulo: Editora 34, 2004.
- CARNEGEM, R. C. van. **Juízes, Legisladores e Professores**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CHASE, Oscar. **Direito, cultura e ritual**: sistemas de resolução de conflitos no contexto da cultura comparada. Tradução: Sergio Arenhart, Gustavo Osna. Imprensa: São Paulo, Marcial Pons, 2014 (cap. 1, 2 e 3).
- DELLEY, Jean-Daniel; FLÜCKIGER, Alexandre. **A Elaboração Racional Do Direito Privado**: Da Codificação à Legística. Tradução: Paulo Roberto Magalhães. Revisão da tradução: Maria Lina Soares Souza. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 9, n. 14, p. 35-58, jan./dez. 2007.
- GAAKEER, J. **The Perplexity of Judges Becomes the Scholar's Opportunity**. German Law Journal. 2017;18(2):331-362. <https://doi.org/10.1017/S2071832200021982>
- GARCÍA AMADO, Juan Antonio. Razón Práctica y Teoría de la Legislación. **Derechos y Libertades**: Revista del Instituto Bartolomé de las Casas, año 5, n. 9, 2000, pp. 299-318.
- HUNT, Lynn. *Inventing human rights*. New York e Londres, W.W. Norton et Cie, 2007 (Introdução, cap. 1, 2, 3 e 4).
- LATOUR, Bruno. *A fabricação do direito: um estudo de etnologia jurídica*. São Paulo: Editora UNESP, 2019 (Capítulos 4, 5 e 6).
- LEVI-FAUR, David; MOR, Guy. Legislation and regulation: three analytical distinctions. *The Theory and Practice of Legislation*, v. 7, n. 3, 2019, pp. 169-178.
- LOPES, Mônica Sette. Juristas e jornalistas: impressões e julgamentos. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 45 n. 180 out./dez. 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176565/000860609.pdf?sequence=3&a>

mp;isAllowed=y

LOPES, Mônica Sette. *Direito e Comunicação: uma perspectiva caleidoscópica*. São Paulo: Dialética, 2023.

MADER, Luzius. *Legislação e jurisprudência*. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v. 9, n. 14, 2007, pp. 193-206.

MARCILLA CÓRDOBA, Gema. *Racionalidad Legislativa: Crisis de la ley y nueva ciência de la legislación*. Madrid: Centro de Estudios Políticos Constitucionales, 2005.

NASCIMENTO, Roberta Simões. O argumento da intenção do legislador: anotações teóricas sobre uso e significado. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, Brasília, DF, v. 58, n. 232, p. 167-193, out./dez. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/232/ril_v58_n232_p167.pdf

NICÁCIO, Camila S. *Direito, mediação e emergência normativa*. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2023. v. 1.(p. 249-355).

SOARES, Fabiana de Menezes. Os Sujeitos alimentares na Legislação histórica brasileira: comida, hierarquias e fome . *Anais do 33º Simpósio Nacional de História*. Organização: Rita de Cássia Marques, 1 edição, Belo Horizonte, MG: Associação Nacional de História, ANPUH-Brasil, 2025. ISBN 978-65-995718-8-6.

SOARES, Fabiana de Menezes. *A IMPLEMENTAÇÃO DA ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS LEIS NO BRASIL: CONTEXTO, GOVERNANÇA, INSTRUMENTOS*. Avaliação legislativa no Brasil: efeitos da Emenda Constitucional nº 109, art. 37, § 16. SOARES, Fabiana de Menezes, HERMONT, Thiago; MAGALHÃES, Paula Gomes de (org.). Belo Horizonte: Dialética, 2023. 248 p.

SOARES, Fabiana de Menezes; KAITEL, Cristiane; PRETE, Eyng Külkamp Esther (Org.), *Estudos em Legística*, Tribo da Ilha, Florianópolis: 2019.

VAN DIJK, Teun A. , *Discurso e Poder*. (pp. 233-263). São Paulo: Contexto, 2008

WEERTS, Sophie, BULLOW, Clarissa Valli, GROBBELAAR-DU PLESSIS, Ilze, SOARES, Fabiana de Menezes, KAITEL, Cristiane Silva, COSTA, Thábata Filizola, *The Limits of Legal and Material Implementation of the Convention on the Rights of Persons With Disabilities in Light of a Comparative Analysis of Measures Ensuring Digital Political Participation*, *Journal of Human Rights Practice*, Volume 18, Issue 1, February 2026, huaf039, <https://doi.org/10.1093/jhuman/huaf039>

WINTGENS, Luc J. *Legisprudence: Practical Reason in Legislation*. University of Brussels, Belgium, 2012.

ZAPATERO, Virgilio. *De la jurisprudencia a la legislación*. *Doxa*, n. 15-16, 1994, pp. 769-78.

2-H. Direitos em Movimento: emergência, circulação, tradução e disputa no contemporâneo**Referências temáticas**

- 1) Sociologia das profissões jurídicas;
- 2) Sociologia pragmática da crítica e normatividade;
- 3) Tramitação legislativa, produção normativa e disputas em torno de novos direitos;
- 4) A marcha dos direitos humanos: expansão, paralisia e retração em uma perspectiva etnográfica;
- 5) Etnografia no campo jurídico e interpretação do direito: um olhar sobre as instituições jurídicas.

Referências bibliográficas

- AGAR, M.A. 1980. "The concept of fieldwork" (Chapter 2) in **The Professional Stranger: An Informal Introduction to Ethnography**. San Diego, CA: Academic Press, p. 53-72.
- ARANTES, Rogério; MOREIRA, Thiago. Democracia, instituições de controle e justiça sob a ótica do pluralismo estatal. **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, 2019.
- BARTHE, Yannick; RÉMY, Catherine; TROM, Danny; LINHARDT, Dominique; DE BLIC, Damien; HEURTIN, Jean-Philippe; LAGNEAU, Éric; DE BELLAING, Cédric Moreau; LEMIEUX, Cyril. Sociologia pragmática: guia do usuário. **Sociologias**, [S. l.], v. 18, n. 41, 2016, p.84-129.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. The Sociology of Critical Capacity. **European Journal of Social Theory**, 2, 1999, p.359-377.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Olhar, ouvir e escrever: o trabalho do antropólogo. **Revista de Antropologia**. São Paulo. USP. 1996. V. 39. Nº 1. P.13-37.
- HUNT, Lynn. **Inventing human rights**. New York, Londres, W.W. Norton et Cie, 2007 (Introdução, cap. 1, 2, 3 e 4).
- ENGELMANN, Fabiano; PILAU, Lucas; MENUZZI, Eduardo. **A cooperação internacional anticorrupção nas carreiras jurídicas brasileiras**. Rev. Pós Ciênc. Soc., v. 22, n. 2, 2025.
- LATOUR, Bruno. **A fabricação do direito: um estudo de etnologia jurídica**. São Paulo: Editora UNESP, 2019 (Capítulos 4, 5 e 6).
- WACQUANT, Löic. **Para uma praxiologia social: estrutura e lógica da sociologia de Bourdieu**. In: Pierre Bourdieu e Löic Wacquant. Um convite à sociologia reflexiva. Petrópolis: Editora Vozes, 2026.

Projetos coletivos da Linha de Pesquisa 3

3-A. Constituição e Democracia: Teoria, História e Dogmática Crítica

Referências temáticas

- 1) História dos Conceitos e Hermenêutica Filosófica
- 2) Conceito Moderno de Constituição
- 3) Constituição, integração da sociedade, aprendizagem social e aceleração
- 4) Jurisdição Constitucional, interpretação e constitucionalismo democrático
- 5) Jurisdição Constitucional diante do “espaço de interação virtual”
- 6) Controle Jurisdicional de Constitucionalidade do Devido Processo Legislativo
- 7) Repensar o Constitucionalismo Brasileiro desde o Sul
- 8) Direito Constitucional Comparado em perspectiva crítica
- 9) Constitucionalismo, justiça de transição e erosão democrática
- 10) Democracia, pluralismo e identidade constitucional

Referências bibliográficas

- ALVES, Adamo Dias. Da sociologia dos conceitos à crítica hermenêutica de Gadamer a Koselleck: contribuições para uma análise crítico-reflexiva da história do processo de constitucionalização brasileiro. In: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A. (coord.). *Constitucionalismo e História do Direito*, vol.1. 3 ed. Belo Horizonte: Conhecimento, 2026, cap. 2, p. 69-115.
- ALVES, Adamo Dias; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; SILVA, Diogo Bacha e. O Poder Judiciário e a jurisdição neoliberal: por uma crítica constitucional à liberdade contra a igualdade na ascensão antidemocrática no Brasil. In: MELLO, Patrícia Perrone Campos e BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. *Democracia e resiliência no Brasil: a disputa em torno da Constituição de 1988*. Barcelona: Bosch, 2022, p. 263-294.
- BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. *Teoria da Constituição: A Constituição como projeto para Novos Direitos e Novos Sujeitos*, 2 ed. Belo Horizonte: Conhecimento, 2026, cap. 1, p. 13-54; e cap. 2, p. 55-77.
- BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; NUNES, Dierle; SILVA, Diogo Bacha e. *Controle Jurisdicional do Devido Processo Legislativo: História e Teoria Constitucional Brasileira*. Belo Horizonte: Conhecimento, 2018, p. 37-43; e p. 61-82.
- BIELSCHOWSKY, Raoni. *Cultura constitucional: fundamentos para uma teoria da constituição*. São Paulo: Dialética, 2024, cap. 6, p. 233-264, e cap. 7, p. 263-295.
- BIELSCHOWSKY, Raoni Macedo. Elemento vital e garantia interna da Constituição: vontade de constituição, sentimento constitucional e patriotismo constitucional. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, n. 59, p. 450 a 490, 2021.
- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A.; SILVA, Diogo Bacha e. *Para uma Teoria Crítica Latino-Americana: uma crítica da crítica democrático-liberal por Roberto Gargarella ao novo constitucionalismo latino-americano*. Belo Horizonte: Conhecimento, 2024, cap. 7, p. 133-194.

- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A. *Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição*. 4a. ed. Belo Horizonte: Conhecimento, 2025, Introdução; cap. 2, p.71-85; cap. 3, p. 90-101; cap. 4, p. 110-120; cap. 5, p. 121-146.
- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional: Ensaios selecionados para uma Teoria Crítica da Constituição*. Belo Horizonte: Conhecimento, 2026, cap. 1, p. 1-50; e cap. 11, p. 229-248.
- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Teoria da Constituição*, 6 ed. Belo Horizonte: Conhecimento, cap. 4 e excuso, p. 167-223; e cap. 7, p. 279-316.
- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda; PRATES, Francisco de Castilho. A tensão entre público e privado no exercício das liberdades comunicativas nas redes sociais: o caso de mensagens públicas de autoridades governamentais por meio de contas "privadas". *Libertas: Revista de Pesquisa em Direito*, Ouro Preto, v. 6, n. 2, p. e-202012, 2020.
- COSTA JUNIOR, Ernane Salles da. *Constitucionalismo do Atraso*. Belo Horizonte, MG: Editora D'Plácido, 2017, caps. 3 e 4, p. 127-243.
- COSTA JUNIOR, Ernane Sales da; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Tempo da Constituição e Ponte para o Futuro: uma análise a partir da teoria crítica da aceleração social. In: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A. (coord.). *Constitucionalismo e História do Direito*, vol.2 Belo Horizonte: Conhecimento, 2026, cap. 14, p. 297-331.
- DRINÓCZI, Tímea; PELUSO NEDER MEYER, Emilio. Constitutional identity and illiberalism: Introduction. *International Journal of Constitutional Law*, v. 23, n. 4, p. 1312-1329, 2025.
- GOMES, David F L. *Constitucionalismo, Dependência e Legado Escravocrata: Uma Teoria da Constituição como Teoria da Sociedade*. Belo Horizonte: Conhecimento, 2026, cap. VII, p. 311-349.
- GOMES, David F.L. Sobre o conceito moderno de constituição: proposta de uma nova abordagem. In: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A. (coord.). *Constitucionalismo e História do Direito*, vol.1. 3 ed. Belo Horizonte: Conhecimento, 2026, cap. 8, p. 221-244.
- MEYER, Emilio Peluso Neder. *Constitutional Erosion in Brazil*. Oxford: Hart Publishing, 2021, cap. 6.
- MEYER, Emilio Peluso Neder. *Constitucionalismo e comparativismo*. São Paulo: Contracorrente, 2024, cap. 9.
- MEYER, Emilio Peluso Neder; DRINÓCZI, Tímea. Is anyone doomed to live under illiberalism? Constitutional identity and democratic erosion in Hungary and Brazil. *International Journal of Constitutional Law*, v. 23, n. 4, p. 1375-1404, 2025.
- PRATES, Francisco de Castilho. *Um Ensaio sobre a Relação Geracional entre Democracia e Constitucionalismo: algumas notas exploratórias*. Belo Horizonte: Conhecimento, 2022, cap. 3, p.

3-B. Crítica Marxista à Economia Política, ao Direito e ao Estado

Referências temáticas

- 1) Revolução social, bonapartismo e a questão da autonomização do estado
- 2) Mercadoria: valor, valor de uso, valor de troca, fetichismo
- 3) Crítica ao Direito e à igualdade jurídica: a questão do igual padrão de medida
- 4) Acumulação primitiva e colonização
- 5) O fetichismo do capital: rendimento e suas fontes
- 6) Especificidades nacionais e vias revolucionárias
- 7) Direito do trabalho e luta de classes: entre reforma social e revolução
- 8) Ecosocialismo: crítica da ecologia política, progresso e desenvolvimento
- 9) O velho Marx e a crítica à economia política, ao Direito e ao Estado
- 10) Organização do trabalho no capitalismo e a determinação social do pensamento

Referências bibliográficas

BENSAÏD, Daniel. "Os tormentos da matéria (Contribuição à crítica da ecologia política). In: Marx, o intempestivo. Trad. Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.431-495.

Harvey, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992. cap. 8 e 9 (p. 121-162).

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: O Jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. „Reforma social ou revolução?“ In: LOUREIRO, Isabel (org.). Textos escolhidos, vol. I, São Paulo: UNESP, 2011, , p.1-88.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

____. "A mercadoria". In: O Capital, Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 113-158.

____. "A assim chamada acumulação primitiva" e "A moderna teoria da colonização". In: O Capital, Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 785-844.

____. „O rendimento e suas fontes“. In: O Capital, Livro III. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 877-895.

____. Crítica ao programa de Gotha. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

____. Salário, preço e lucro. In: Obras escolhidas de Marx e Engels. Moscou: Ediciones en Lenguas extranjeras, 1953. (disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/index.htm> e também em Economic Manuscripts: Value, Price and Profit, Karl Marx 1865 (marxists.org))

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A luta de classes na Rússia. Trad. Nélcio Schneider. São. Paulo: Boitempo, 2013.

MUSTO, Marcelo. O velho Marx. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 15-58.

3-C. Direito Constitucional, Teoria da Constituição e Hermenêutica Constitucional no âmbito dos diálogos Institucionais entre os Poderes

Referências temáticas

- 1) Hermenêutica, Hermenêutica Filosófica e Hermenêutica Constitucional. A atuação dos Tribunais Constitucionais frente a judicialização da política e das relações sociais. O Ativismo Judicial e suas Dimensões. Modelos de Comportamento Judicial. Modelos de Deliberação das Cortes. A Teoria da Integridade.
- 2) Jurisdição Constitucional e Democracia: A Tensão entre o Constitucionalismo e a Democracia. Constitucionalismo Político x Constitucionalismo Normativo. Constitucionalismo Popular, Constitucionalismo Popular Mediado e Constitucionalismo Democrático. Constitucionalismo Difuso e a Crítica ao Juriscentrismo.
- 3) A Jurisdição Constitucional e os Diálogos Constitucionais entre os Poderes. Entre a Supremacia Judicial e a Supremacia Legislativa. Superação Legislativa e o Efeito Backlash. A relação entre os Poderes. Supremocracia.
- 4) A Jurisdição Constitucional e os Diálogos Constitucionais entre os Poderes. O Constitucionalismo Democrático e o Presidencialismo. Hiperpresidencialismo na América Latina. Presidencialismo de Coalização. Momentos Desconstituintes.
- 5) A Jurisdição Constitucional e os Direitos Fundamentais. Liberdade dos Antigos e a Liberdade dos Modernos. Liberdade de Expressão e o Discurso do ódio no Direito Comparado. As várias Concepções de Igualdade. Igualdade como Reconhecimento.
- 6) A Jurisdição Constitucional e os Direitos Fundamentais. O Constitucionalismo Feminista. O Direito Antidiscriminatório. Os Direitos Sociais e o Constitucionalismo da Austeridade. Momentos Desconstituintes. Por uma Teoria Crítica da Constituição: A Constituição como Disputa.
- 7) O Supremo Tribunal Federal: entre o Direito e a Política. O STF e o Backlash. O STF e a opinião Pública. O STF e a Superação Legislativa. Ministrocrazia. Supremocracia. Os modelos deliberativos e o STF. Comportamentos Judiciais e os Modelos decisórios no STF.

Referências Bibliográficas

- BATEUP, Christine. The dialogic promise: assessing the normative potential of theories of constitutional dialogue. In: Brooklyn Law Review. Vol. 71, Issue 3, Article 1, p. 1109-1180, 2006.
- BELLAMY, Richard. Political Constitutionalism. A Republican Defense of the Constitutionality of Democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BERCOVICI, Gilberto. Soberania e Constituição: para uma crítica do constitucionalismo. 3ª. ed. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2020. Cap. 3.
- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição. 3ª. ed. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2023.
- DWORKIN Ronald. O Império do Direito. Editora: Martins Fontes, 3ª Edição, 2014.

FACHIN, Melina; BARBOSA QUEIROZ, Estefânia Maria de; PETER DA SILVA. Christiane Oliveira. *Constitucionalismo Feminista: A proteção jurisdicional dos direitos das mulheres*. Editora: Tirant Lo Blanch, Volume 3, 2023.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves; OLIVEIRA CATTONI, Marcelo Andrade, SULIVANN, Maurício. *A Constituição e o passado, A Constituição e o futuro, A Constituição e o que não veio*. Editora D Plácido, 2023.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. Editora Juspodivm, 16ª Edição, 2024.

FRIEDMAN, Barry. *The Politics of judicial review*. In: *Texas Law Review*, vol. 84, nº 2, 2005.

GARGARELLA, Roberto. *La sala de máquinas de la Constitución: Dos siglos de constitucionalismo en América Latina (1810-2010)*. Editora. Katz Editores, 2015.

GOMES, Juliana Cesário Alvim. *Por um Constitucionalismo Difuso: Cidadãos. Movimentos Sociais e o significado de Constituição*. Editora juspodivm, 2ª Edição, 2020.

HOLMES, Stephen. *Precommitment and the Paradox of Democracy*. In: ELSTER, Jon; SLAGSTAD, Rune. *Constitutionalism and Democracy*. Cambridge (USA): Cambridge University Press, 1988, p. 195-240.

MOREIRA, Adilson. *Tratado de Direito Antidiscriminatório*. Editora Contracorrente, 2020.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni; REPOLES, Maria Fernanda Salcedo; PRATES, Francisco Castilho. *Liberdades Comunicativas* 2ª Edição. Belo Horizonte: Conhecimento, 2022.

POST, Robert C; SIEGEL, Reva. *Constitucionalismo democrático: Por una reconciliación entre Constitución y Pueblo*. Editora Marciel Pons, 2015.

3-D. Direito do Trabalho e Crítica: dimensões materiais e processuais

Referências temáticas

- 1) Relações de trabalho, relação de emprego e a expansão da precariedade
- 2) A subordinação jurídica em disputa
- 3) Terceirização, modelos de desconcentração produtiva e (ir)responsabilidade trabalhista
- 4) Novas tecnologias e as transformações do poder empregatício
- 5) Reformas trabalhistas, neoliberalismo e austeridade
- 6) Trabalho doméstico, reprodutivo e de cuidado
- 7) Trabalho escravo contemporâneo: desenhos conceituais e desafios
- 8) A liberdade sindical em um mundo antissindical
- 9) A negociação coletiva e greve em seus fundamentos e novas fronteiras
- 10) Desafios contemporâneos para o Direito Internacional do Trabalho
- 11) Acesso à Justiça no Brasil para além da concepção liberal: a via dos direitos do trabalho e seu processo.

Referências bibliográficas

- ACCIARI, Louisa, PINTO, Tatiane. Praticando a equidade: estratégias de efetivação de direitos no trabalho doméstico. *Estudos Avançados*, 34(98), 2020, p. 73-90.
- ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de, LIRA, Fernanda Barreto. O diálogo do direito do trabalho com a teoria organizacional: a crítica do trabalho subordinado na crítica filosófica da modernidade. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 76, p. 213-228, 2020.
- ARESE, César. Acceso a la tutela judicial efectiva laboral en países de América del Sur. *Genebra: Documento de Trabajo de La Oit 10*, 2020. (caps. 1 e 2 – pgs. 4 a 38).
- ARTUR, Karen, GRILLO, Sayonara. Terceirização e arenas de reconfiguração do Direito do Trabalho no Brasil. *Revista Estudos Institucionais*, v. 6, p. 1184-1213, 2020.
- BARRETTO GHIONE, Hugo. La determinación de la relación de trabajo en la recomendación 198 y el fin del discurso único de la subordinación jurídica. *Revista Direito UNIFACS*, núm. 129, 2011.
- BARBATO, Maria Rosaria, VIANA, Marcio Túlio. Casas, ruas e vírus: possíveis tendências do Direito do Trabalho na era pós pandemia. *Revista de Direito Brasileira*, v. 26, n. 10, p. 311-324, ago. 2020.
- BATISTA, Flávio Roberto. A proteção contra atos antissindicais à luz da liberdade sindical: introdução a uma contextualização político-jurídica. *Revista da Faculdade de Direito da USP*, v.109, p. 441, 2014.
- COUTINHO, Aldacy Rachid. Retrocesso social em tempos de crise ou haverá esperança para o Direito do Trabalho? Uma análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 83, p. 17-58, 2017.
- DELGADO, Mauricio Godinho, DELGADO, Gabriela Neves. A OIT e sua missão de justiça social. *Pensamento Jurídico*, v. 13, p. 424-448, 2019.
- DUTRA, Renata Queiroz, MACHADO, Sidnei (org.). O Supremo e a Reforma trabalhista: a construção jurisprudencial da reforma trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

- FERREIRA, António Casimiro. A sociedade de austeridade: Poder, medo e direito do trabalho de exceção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 95, 2011, p. 119-136.
- FUDGE, Judy. The future of the standard employment relationship: Labour law, new institutional economics and old power resource theory. *Journal of Industrial Relations*. 2017;59(3):374-392.
- GRILLO, Sayonara Coutinho Leonardo da Silva; GABRICH, Daniele; LIMA, Henrique. Greve e direito: estudo de casos judiciais envolvendo movimentos coletivos de trabalho contra as reformas institucionais de austeridade. *Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas*, v. 5, p. 220-254, 2019.
- MACHADO, Sidnei. Negociação coletiva no Brasil: entre desarticulação e reinstitucionalização. *Teoria Jurídica Contemporânea*, 6, 2021.
- MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. O trabalho escravo na perspectiva do Tribunal Superior do Trabalho. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 77, p.125-144, 2020.
- NICOLI, Pedro Augusto Gravatá, PEREIRA, Flávia Souza Máximo. Os segredos epistêmicos do direito do trabalho. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, p. 512-536, 2020.
- OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio, CARELLI, Rodrigo de Lacerda, GRILLO, Sayonara. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. *Revista Direito e Práxis*, dez. 2020, v. 11, n. 4, p. 2609-2634.
- OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. Uberização do trabalho, subordinação jurídica e dependência econômica. *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, v. 93, n. 1, p. 152-175, abr. 2021.
- ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Jurimetria e Predição: Notas sobre Uso dos Algoritmos e o Poder Judiciário. In: *RDUno: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unochapecó*. Volume 3. Edição 4. Páginas 33-50.
- SEFERIAN, Gustavo. Sobre o uso da miséria historiográfica e a relevância da investigação histórica na aplicação do Direito do Trabalho. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, n. 43, 2019.
- SOUTO MAIOR, Jorge Luiz, SEVERO, Valdete Souto. *Manual da Reforma Trabalhista*. São Paulo: Sensus Editora, 2017.
- SUPIOT, Alain. El mandato de la OIT al cumplirse su centenario. *Revista Internacional del Trabajo*, ISSN 0378-5548, v. 139, n. 1, 2020, p. 125-145.
- VIANA, Márcio Túlio. Da greve ao boicote: os vários significados e as novas possibilidades das lutas operárias. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, n. 50, p. 239-264, jan./jul. 2007.

3-E. Direito Político

Referências temáticas

- 1) Desafios contemporâneos do Direito Político e a crise da representação democrática nos mandatos eletivos;
- 2) Reforma eleitoral, financiamento eleitoral e desenho institucional do sistema eleitoral brasileiro;
- 3) Justiça Eleitoral e legitimação pelo procedimento;
- 4) Partidos políticos e sistemas eleitorais;
- 5) O princípio da igualdade e a igualdade de oportunidades no processo eleitoral;
- 6) Acoplamento estrutural entre os sistemas do Direito e da Política;
- 7) Participação política, deliberação democrática e controle constitucional do processo democrático;
- 8) A (as)simetria entre normas constitucionais ampliativas e normas eleitorais restritivas sob a CR/88: por uma leitura dos direitos políticos como direitos fundamentais;
- 9) Justiça Eleitoral e presidencialismo de coalizão: judicialização do processo eleitoral e estabilidade do regime democrático brasileiro;
- 10) O problema conceitual e a autonomia epistemológica do Direito Político.

Referências bibliográficas

- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo políticobrasileiro. Editora Companhia das Letras, 2018;
- ALVES, Adamo Dias.; CAMPOS SILVA, Adriana. **Estudos de História Constitucional e de Direito Político**. Belo Horizonte: Editora Expert, 2021, v.1. p.347.
- ALVES, A. D.; Oliveira, Marcelo A. Cattoni de. **Considerações sobre a reforma política**: uma análise da relação entre Legislativo e Executivo contra o presidencialismo de coalizão e o bonapartismo. Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica, v. 9, p. 13-31, 2011.
- ASSIS, C. C. ; CAMPOS SILVA, Adriana ; ALVES, A. D. **Democracia, processo electoral y confianza en la era digital**. Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania, v. 9, p. 1-19, 2024;
- CAMPOS SILVA, Adriana; MORAIS, Ricardo. M. O. Poder constituinte como negação: contra o que a Constituição Brasileira de 1988 se erigiu?. In: Bernardo Gonçalves Fernandes; Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira; Maurício Sullivan Balhe Guedes. (Org.). **A CONSTITUIÇÃO E O PASSADO. A CONSTITUIÇÃO E O FUTURO. A CONSTITUIÇÃO E O QUE NÃO VEIO**. 01ed.Belo Horizonte: D'Placido, 2023, v. 01, p. 39-58;
- CAMPOS SILVA, Adriana; PINTO, Aghisan. Xavier. F. A segurança jurídica e a proteção da confiança no cenário da desconfiança política. In: Adriana Campos Silva e Adamo Dias Alves. (Org.). **Estudos de Direito Político**. 1 ed.Andradina - SP: Editora Meraki, 2021, v. 1, p. 81-102;.
- CAMPOS SILVA, Adriana; FERREIRA, Raphael. R. ; BORGES, Gabriel. A. M. The (in)effectiveness of electoral indifference as contesting behavior. **Revista Brazilian Journal of Development**, v. 6, p. 103363-103370, 2020;
- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição**. 4 edição. Belo Horizonte: Conhecimento, 2025.

- FERREIRA, Raphael Rodrigues. **O autofinanciamento de campanhas eleitorais sob a égide do princípio da isonomia**: uma análise a partir das eleições municipais de 2016. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- FERREIRA, Raphael Rodrigues. **A perda do mandato eletivo no processo jurisdicional eleitoral e suas repercussões na democracia representativa e na gestão pública**: uma análise crítica sob a perspectiva da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. 2023. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 19. Ed. – São Paulo: Atlas, 2024;
- LUHMANN, Niklas. **Legitimação pelo procedimento**. Trad. de Maria da Conceição Corte Real. Brasília: Universidade de Brasília, 1980;
- OLIVEIRA, Márcio Luis de. **A Constituição juridicamente adequada** – Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016;
- SÁNCHEZ MUÑOZ, Óscar. **La igualdad de oportunidades en las competiciones electorales**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007;
- SANTIAGO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais estruturantes do Direito Eleitoral**. Tese de Doutorado. Orientador Prof. Dr. Romeu Felipe Bacellar Filho. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2010.
- VERDÚ, Pablo Lucas. En torno al problema conceptual del derecho político. BOLETÍN INFORMATIVO DEL SEMINARIO DE DERECHO POLÍTICO DE LA UNIVERSIDAD DE SALAMANCA, p. 81-100, 1964.

3-F. Filosofia do Poder e Pensamento Radical

Referências temáticas

- 1) Guerra, biopolítica e necropolítica
- 2) Estado de exceção e desobediência
- 3) Teologia política e violência fundadora e mantenedora do direito
- 4) Democracia radical: multidão, comum e potências desinstituintes
- 5) Uma questão de método: arqueologia e genealogia
- 6) Autoria, impessoalidade e dessubjetivação
- 7) Governamentalidade e subjetivação (neo)liberal
- 8) Decolonialismos: crítica à Modernidade, ao universalismo e à Razão
- 9) Habitus, campo jurídico e violência simbólica
- 10) Crítica queer e produção de sujeitos dissidentes.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. (Cap. 1: O estado de exceção como paradigma de governo, pp. 9-50).
- AGAMBEN, Giorgio. **Signatura rerum**: sobre o método. Trad. Andrea Santurbano e Patrícia Peterle. São Paulo: Boitempo, 2019. (Cap. 3: Arqueologia filosófica, pp. 115-160).
- ALVES, Marco Antônio Sousa. Neoliberalismo e necropolítica: gestão da vida e produção da morte na atualidade. In: RESENDE, Haroldo de (Org.). **Michel Foucault**: a política neoliberal como guerra continuada. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024, pp. 197-217.
- ALVES, Marco Antônio Sousa. Politização da vida e guerra social: a biopolítica em Michel Foucault. In: ALVES, M. A. S. et al. (orgs.). **Vidamorte**: biopolíticas em perspectiva. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021, pp. 19-42. Disponível em: <https://linktr.ee/coloquiobiopolitica>.
- ALVES, Marco Antônio Sousa. A autoria em questão a partir de Foucault: autor, discurso, sujeito e poder. **Matraga** (Rio de Janeiro), v. 22, 2015, pp. 79-97.
- BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência (1921). In: **Escritos sobre mito e linguagem**. Trad. Ernani Chaves. São Paulo: 34, 2011, pp. 121-156.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 12a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016 (Cap. 1: Sujeitos do sexo/gênero/desejo, pp. 17-70).
- COLLADO, Francis García; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. **Para além da biopolítica**. São Paulo: sobinfluencia, 2021 (Prólogo e caps. 1, 2, 6, 7 e 8 pp. 10-63 e 136-177).
- CASTRO, Felipe. Por uma sociologia relacional do campo jurídico brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. v. 119, 2019.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder (1982). In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 231-249 (Texto disponível também na Coleção Ditos e Escritos).
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5a ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999.

FREITAS, Lorena Martoni. AGAMBEN E FOUCAULT: explorando os limites dessa aproximação a partir do tema do 'destituinte'. **Revista Kriterion**, v. 64, n. 155, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/kriterion/article/view/38231>.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales. In: CASTRO- GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre-Iesco-Pensar, 2007, pp. 63-91.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005. (Parte 1: Guerra).

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. **A an-arquia que vem**: fragmentos de um dicionário de política radical. São Paulo: sobinfluência, 2022.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. **Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição**: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte. *Revista Direito e Práxis*, vol. 7, no 4, Rio de Janeiro: UERJ, pp. 43-95, out/dez. 2016. Disponível em: <https://ufmg.academia.edu/AndityasSoares>.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. **Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade**: uma aposta anárquica na multidão. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/41549889/Filosofia_radical_e_utopias_da_inapropriabilidade_uma_aposta_a_n%C3%A1rquica_na_multid%C3%A3o_LIVRO_COMPLETO_.

RAMOS, Marcelo Maciel; CASTRO, Felipe Araújo. Aristocracia judicial brasileira: privilégios, habitus e cumplicidade estrutural. **Revista Direito GV**, v. 15, n. 2, 2019, e1918. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201918>.

RAMOS, Marcelo Maciel. Poderá o Direito ser inclusivo? O sujeito de Direito e a Produção Sistemática de Sujeitos Marginais. **Rev. Fac. Direito UFMG**. Belo Horizonte, n. 78, pp. 179-208, jan./jun. 2021.

RAMOS, Marcelo Maciel. Teorias Feministas e Teorias Queer do Direito: gênero e sexualidade como categorias úteis para a crítica jurídica. **Revista Direito e Práxis**, 12(03), Jul-Sep 2021. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/50776>

3-G. Gênero, Sexualidade e Direito

Referências temáticas

- 1) Métodos Feministas para o Direito
- 2) Saberes Subalternos, Colonialidade e a Crítica do Direito
- 3) O Gênero do Direito: das dimensões do poder masculino aos paradoxos jurídicos da inclusão
- 4) Críticas do Feminismo Negro ao Direito
- 5) Críticas Queer ao Direito e a Produção Jurídica da Sexualidade
- 6) Direito Cis, Vidas Trans: questões jurídicas de pessoas trans e travestis
- 7) Parentesco, Famílias e Maternidades em Disputa
- 8) Trabalho e Desigualdades Socioeconômicas para Mulheres e Pessoas LGBTI+
- 9) O Cuidado como Trabalho e como Direito
- 10) Leituras constitucionais, comparadas e internacionalistas dos direitos de pessoas LGBTI+

Referências bibliográficas

- BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes. Sobre a (in)capacidade do direito de lidar com a gramática da diversidade de gênero. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 18, n. 116, p. 481-506, out. 2016/jan. 2017.
- BARTLETT, Katharine. Feminist Legal Methods. **Harvard Law Review**, Cambridge, v. 103, n. 4, p. 829-888, 1990.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 219-260, 2003.
- COOPER, Melinda. **Family values**: between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2017. [Cap. 1. Between neoliberalism and the new social conservatism, p. 7-24].
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 5, p. 1241-1299, 1991.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 2. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999. [IV. O dispositivo da sexualidade; V. Direito de morte e poder sobre a vida, p. 88-149].
- GOMES, Juliana Cesario Alvim; FABRIS, Ligia. Paradoxos do direito à igualdade: discriminação, diferença e identidade sob uma perspectiva crítica. **Revista de Direito Público**, Brasília, v. 18, n. 92, 2021.
- HARRIS, Angela P. Raça e essencialismo na teoria feminista do direito. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2, 2020.
- HELPER, Laurence R.; RYAN, Clare. LGBT rights as mega-politics: litigating before the ECtHR. **Law & Contemporary Problems**, Durham, v. 84, p. 59-74, 2021.
- LIPOVETSKY, Nathália. Poverty as the ultimate material consequence of the sexual division of labour for Brazilian women. **Open Journal of Social Sciences**, v. 14, p. 424-441, 2026.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, 2008.
- MAZEL, Odette. Queer jurisprudence: reparative practice in international law. **AJIL Unbound**, Cambridge, v. 116, p. 10-15, 2022.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; PEREIRA, Flávia Souza Máximo. Os segredos epistêmicos do direito do trabalho. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 519-544, 2020.

PAUTASSI, Laura. **De la polisemia a la norma**: el derecho humano al cuidado. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Medifé Edita, 2023.

POLIDO, Fabrício B. P.; FARIA, Mariana K. Direitos LGBTQ+ entre estudos internacionais queer e a jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos. **Revista da Faculdade de Direito** — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 85, p. 65-88, 2024.

RAMOS, Marcelo Maciel. Teorias feministas e teoria queer do direito: gênero e sexualidade como categorias úteis para a crítica jurídica. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, 2020.

REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. Giro espacial, decolonial, feminista e antirracista do direito. In: 1988-2018: o que constituímos? Homenagem a Menelick de Carvalho Netto nos 30 anos da Constituição de 1988. Belo Horizonte: Conhecimento, 2019.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu, 2017. [Cap. 2. Notas para uma teoria radical da política da sexualidade, p. 63-128].

SMART, Carol. **A mulher do discurso jurídico**. Tradução de Alessandra Harden e Fernanda Garcia. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1418-1439, 2020.

SPADE, Dean. **Normal life**: administrative violence, critical trans politics, and the limits of law. Durham; London: Duke University Press, 2015. [Cap. 1. Trans law and politics on a neoliberal landscape; Cap. 2. What's wrong with rights?; Cap. 3. Rethinking transphobia and power — beyond rights framework, p. 21-72].

3-H. Constitucionalismo, sociedade e tempo

Referências temáticas

- 1) Constitucionalismo e sociedade moderna.
- 2) Constitucionalismo, centro e periferia.
- 3) Constitucionalismo, presentismo e aceleração social.
- 4) Neoliberalismo, temporalidade e crise da democracia constitucional.
- 5) Lutas sociais de fronteiras e crítica ao capitalismo como ordem social institucionalizada.
- 6) Constitucionalismo, narrativa do atraso e o pensamento social brasileiro.
- 7) Constitucionalismo e legado escravocrata no Brasil e no mundo.
- 8) Constitucionalismo e aprendizagem social.
- 9) Jurisdição constitucional, complexidade social e sociedades dependentes

Referências bibliográficas

- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Cattoni. **Teoria da Constituição**. 6a. ed. Belo Horizonte: Conhecimento, 2026, capítulo 7.
- COSTA JUNIOR, Ernane Salles da; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Tempo da Constituição e Ponte para o Futuro: uma análise a partir da teoria crítica da aceleração social. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 01, p. 197-236, 2021.
- COSTA JUNIOR, Ernane Salles da. El tiempo de la democracia fuera de quicio Entre la insuficiencia del diagnóstico liberal y la parálisis frenética del capitalismo financiarizado. **Revista Ética Y Discurso**, v. 10, 2025.
- COSTA JUNIOR, Ernane Salles da. **Constitucionalismo do Atraso**. Belo Horizonte, MG: Editora D'Plácido, 2017. Capítulo 3 e 4.
- RIBEIRO, Deivide Júlio. **Constitucionalismo negro: raça, cidadania e silêncios na formação da Constituição de 1891**. Avaré: Contracorrente, 2025, capítulos 2, 3 e 4.
- FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**. Trad. Aline Scalota. São Paulo: Autonomia Literária, 2024, p. 19-90; 129-167.
- GOMES, David F. L. **Constitucionalismo, dependência e legado escravocrata: uma teoria da Constituição como teoria da sociedade**. Belo Horizonte: Conhecimento, 2026, capítulos 2, 4, 5, 6 e 7.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade** - Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, prefácio, introdução, capítulo 4, conclusão.
- ROSA, Hartmut. O equívoco da ontologia social antagonista e a crise de alienação da modernidade tardia: sobre a atualidade política da Teoria Crítica. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 22, e42507, 22 fev. 2022
- ROSA, Hartmut. Social acceleration: ethical and political consequences of a desynchronized high-speed society. **Constellations**, v. 10, n. 1, p. 3-33, 2003.
- STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Boitempo Editorial, 2019, capítulo 2.

Projetos coletivos da Linha de Pesquisa 4

4-A. Direito, Arte e Literatura: Memória, Esquecimento, Narrativa

Referências temáticas

- 1) Mimesis, imaginação e direito
- 2) Teoria da narrativa e direito
- 3) O direito como literatura: teoria da literatura e método jurídico
- 4) O direito na literatura: literatura como manancial de concepções da justiça
- 5) O direito da literatura: Autoria
- 6) O direito nas artes plásticas e na música

Referências bibliográficas

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Teoria da Constituição**, 6 Ed. Belo Horizonte: Conhecimento, 2026, cap. 6, pp. 251-277.

GALUPPO, M. Cervantes, Borges e eu: quem é o autor da Constituição?. **ANAMORPHOSIS** - Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 407-424, 2018. DOI: 10.21119/anamps.42.407-424. Disponível em: <https://periodicos.rdl.org.br/anamps/article/view/428>.

GALUPPO, M. A mulher de mais ou menos trinta anos: as idades da Constituição. **ANAMORPHOSIS** - Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 65-83, 2021. DOI: 10.21119/anamps.71.65-83. Disponível em: <https://periodicos.rdl.org.br/anamps/article/view/736>.

GALUPPO, M. As franjas do real: Constituições como mapas. **ANAMORPHOSIS** - Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. e1111, 2024. DOI: 10.21119/anamps.9.2.e1111. Disponível em: <https://periodicos.rdl.org.br/anamps/article/view/1111>.

LOPES, Mônica Sette. O juiz como agente de sua independência: entre o diálogo e o medo. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 103, p. 257-284, jul/dez. 2011, <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbep/article/view/P.0034-7191.2011v103p257/14833>

LOPES, Mônica Sette. Juristas e jornalistas: impressões e julgamentos. **Revista de informação legislativa**, v. 45, n. 180, p. 101-114, out./dez. 2008 <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176565>

LOPES, Mônica Sette. **Música & Direito: uma metáfora**. 2ª edição, Belo Horizonte: Initia Via, 2018, 224p. ISBN edição digital: 978-85-9547-021-7 (Disponível na editora e na Amazon).

LOPES, Mônica Sette. O juiz e o fato: juiz-leitor e o leitor do juiz. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, n. 46 (2025). Disponível em: https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/pt_BR/article/view/1321/0.

4-B. Direitos Humanos internacionais; cultura, diálogo e justiciabilidade internacional

Referências temáticas

- 1) Teoria geral do Direito Internacional dos Direitos Humanos
- 2) Sistema Interamericano de Direitos Humanos: tendências recentes
- 3) Diálogo entre Cortes regionais de direitos humanos
- 4) Controle de Convencionalidade, Impacto e Efetividade de decisões das Cortes regionais de Direitos humanos
- 5) Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais nas cortes internacionais
- 6) Direito à cultura, pluralismo e identidade cultural
- 7) Interseccionalidade nas decisões das Cortes regionais de Direitos Humanos
- 8) Empresas e direitos humanos: um olhar para a proteção ambiental

Referências bibliográficas

DI BENEDETTO, Saverio. Restitution and Compensation for Environmental Damage in International Law: Towards an Ecological Approach?. The Italian Yearbook of International Law Online, v. 33, n. 1, p. 197-217, 2024.

ENGSTROM, Par. Introduction: rethinking the impact of the Intre American Human Rights System. In ENGSTROM, Par. The Inter-american human rights system: impact beyond compliance. London: Palgrave Macmilian, 2019, p. 1-22.

ENGSTROM, Par; LOW, Peter. Mobilizing the Inter-American Human Rights System: regional litigation and domestic human rights impact in Latin America. In ENGSTROM, Par. The Inter-american human rights system: impact beyond compliance. London: Palgrave Macmilian, 2019, p. 23-59.

LAGE, Renata; VOLPINI SILVA, Carla Ribeiro. Direito das Mulheres e a interpretação interseccional da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sinapse múltipla, v. 11, p. 369-385, 2022.

MAC GREGOR, Eduardo Ferrer. Los derechos económicos, sociales, culturales y ambientales en los sistemas universal, europeo y africano de derechos humanos. In MAC GREGOR, Eduardo Ferrer. La Justiciabiidad de los derechos económicos, sociales, culturales y ambientales en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos. Colección Estandares del Sistema Interamericano de Derechos Humanos; miradas complementarias desde la academia, Num. 5. México, 2017. p. 11-52.

MAC GREGOR, Eduardo Ferrer. Los derechos económicos, sociales, culturales y ambientales en Sistema Interamericano de Derechos Humanos. In MAC GREGOR, Eduardo Ferrer. La Justiciabiidad de los derechos económicos, sociales, culturales y ambientales en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos. Colección Estandares del Sistema Interamericano de Derechos Humanos; miradas complementarias desde la academia, Num. 5. México, 2017. p. 53-148.

NAVARRO, Gabriela Cristina Braga. Effectiveness of International Courts: From Compliance to Transformative Impact. In: The impact of the Inter-American Human Rights system: Transformations on the ground. Oxford University Press, 2024. P. 138-152.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. V.II, 1 ed. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1999.

VOLPINI SILVA, Carla Ribeiro; HORTA, Jose Luiz Borges; POZO, Carlos Francisco Molina (Org.). Cortes interamericana, europeia e africana: avaliando a eficácia dos direitos humanos através dos continentes.

1. Ed. Belo Horizonte: Expert, 2025. V. 1. 314p.

VOLPINI SILVA, Carla Ribeiro; LAGES, Cíntia Garabini; DE LIMA, Renata Mantovani. Coletânea de direitos humanos interamericano. Arraes Editores, 2023.

4-C. Estudos Europeus em Perspectivas Comparadas: Sustentabilidade, Integração Regional, Politicidade e Novas Disrupções Tecnológicas

Referências temáticas

- 1) História do Estado de Direito.
- 2) Direitos fundamentais: gênese lógica; gênese histórica.
- 3) Novas tecnologias e a regulação na era do cyberdireito.
- 4) Cultura política europeia, do pensamento grego à contemporaneidade.
- 5) Democracia como forma política e como valor filosófico.
- 6) Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: os círculos de sustentabilidade.
- 7) Desenvolvimento, politicidade e coesão social: a contribuição da União Europeia.
- 8) Teoria da integração regional: econômica, política, jurídica e cultural.
- 9) Política exterior da União Europeia e os acordos birregionais.
- 10) História da União Europeia

Referências bibliográficas

- BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. Desenvolvimento Sustentável e Matriz Energética na América Latina; a universalização do acesso à energia limpa. Belo Horizonte: Centro de Direito Internacional, 2016.
- BROCHADO, Mariah. Inteligência Artificial no horizonte da Filosofia da Tecnologia: técnica, ética e direito na era cybernética. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2023.
- BUSTAMENTE, Rogelio Perez. Historia de la Unión Europea (1914-2023). Madrid: Tirant Lo Blanch, 2024.
- HORTA, José Luiz Borges. História do Estado de Direito. São Paulo: Alameda, 2011.
- CLARK, Giovani; CORRÊA, Leonardo Alves; NASCIMENTO, Samuel Pontes do. Constituição Econômica bloqueada: impasses e alternativas. Teresina: EDUFPI, 202.
- JAMES, Paul (et al.) Urban Sustainability in Theory and Practice: Circles of Sustainability. London: Routledge and Earthscan, 2015.
- MATA DIZ, Jamile Bergamaschine. (2022) The Mercosur and European Union relationship: an analysis on the incorporation of the Association Agreement in Mercosur. Europe and the World: A law review , 6 (1) pp. 1-19. 10.14324/111.444.ewlj.2022.01.
- MATA DIZ, Jamile Bergamaschine; GOIFMAN, Sarah; OLIVEIRA, Márcio Luís. La democracia como valor de la Unión Europea y el impacto de la iniciativa ciudadana europea. IN: Los desafíos globales de la Unión Europea: transformación digital, participación ciudadana y relaciones con América Latina. Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2023.
- MIDDELAAR, Luuk van. Europa em Transição; como um Continente se transformou em União. Trad. Ramon a. Gerrits. São Paulo: É, 2017.
- MOLINA DEL POZO, Carlos Francisco. Manual de Derecho de la Comunidad Europea. 4. ed. Dijusa, Madrid: Dijusa, 2002.
- OBYDENKOVA, Anastassia V.; SCHMITTER, Philippe C. "Real Existing Democracies" and "Real Existing Autocracies": Their Relation to Regional Integration and Regional Cooperation". Taiwan Journal of Democracy 16(1): 1-25 (2020).

SALGADO, Joaquim Carlos. A Idéia de Justiça no Período Clássico; ou Da Metafísica do Objeto: a Igualdade. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. Primeiras linhas de Direito Econômico. São Paulo: LTr, 2017.

4-D. História da Cultura Jurídica

Referências temáticas

- 1) Escrita da história do direito: fontes e contexto.
- 2) Escrita da história do direito: história intelectual.
- 3) Escrita da história do direito: perspectivas transnacionais.
- 4) Experiência jurídica e política entre Idade Média e "Antigo Regime".
- 5) História da produção normativa na modernidade (exemplificar com algum dos seguintes recortes: direito penal, execução penal, direito do trabalho, direito internacional, direito agroalimentar ou fundamentos filosóficos da produção normativa).
- 6) Legalidade, Estado e cultura jurídica na modernidade (exemplificar com algum dos seguintes recortes: direito penal, execução penal, direito do trabalho, direito internacional, direito agroalimentar ou fundamentos filosóficos da legalidade e do Estado).

Referências bibliográficas

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CAZZETTA, Giovanni. Lei e Estado Social: da legislação operária aos dilemas do welfare "sem lei". **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, n. 41, p. 3-37, dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/view/99303>

DAL RI JÚNIOR, Arno; SONTAG, Ricardo (orgs.). **História do direito penal entre medievo e modernidade**. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. (capítulos: "Da sociedade de sociedades à insularidade do Estado entre Medievo e Idade Moderna" de Paolo Grossi; "O princípio da legalidade: um campo de tensão na modernidade penal" de Pietro Costa; "O direito penal moderno entre retribuição e reconciliação" de Giorgia Alessi; "O problema penal no século XVIII" de Giovanni Tarello)

DAL RI JÚNIOR, Arno; NUNES, Diego; SONTAG, Ricardo (orgs.). **História do direito penal e política na modernidade jurídica** (Brasil e Europa). Florianópolis: Habitus, 2020. (capítulos: "Ambivalências das doutrinas penais modernas" de Jean-Louis Halpérin; "A pena de morte entre passado e presente" de Pietro Costa; "Aspectos da história das codificações penais modernas: conexões entre a dimensão ideológica do penal e os regimes de legalidade" de Stefano Solimano)

COHEN, Deborah; O'CONNOR, Maura. Comparative History, Cross-National History, Transnational History - Definitions. In: _____ (eds.). **Comparison and History**. Europe in crossnational perspective. London: Routledge, 2004. p. ix-xxiv.
https://books.google.com.br/books?id=nmFeJXxQ9dsC&pg=PR5&hl=it&source=gbs_%20selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false

COSTA, Pietro. **Soberania, representação e democracia**: Ensaios de história do direito. Curitiba: Juruá, 2010.

- COSTA, Pietro. Os "senhores da lei". Lei, interpretação e liberdade no iluminismo jurídico. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, n. 69, 2016. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1809>
- COSTA, Pietro. Os direitos para além do Estado. A Declaração de 1948 e a sua retórica 'universalista'. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, vol. 81, 2022. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/pt/article/view/2412/2035>
- FIORAVANTI, Maurizio (a cura di). Lo Stato moderno in Europa: istituzioni e diritto. Roma-Bari: Laterza, 2002. Tradução espanhola: FIORAVANTI, Maurizio (ed.). **El Estado moderno en Europa**. Madrid: Trotta, 2004. Tradução para o português do capítulo "Giustizia criminale": SBRICCOLI, Mario. Justiça Criminal. Discursos Sediciosos, p. 459-486, n. 17/18, 2011.
- FOLJANTY, Lena. Legal Transfers as Process of Cultural Translation: On the Consequences of a Metaphor. **Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series**, n. 2015-09. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2682465
- GROSSI, Paolo. L'Europa del diritto. Roma-Bari: Laterza, 2007. Traduções: GROSSI, Paolo. Europa y el derecho. Traducción de L. Giuliani. Barcelona: Critica, 2007.; GROSSI, Paolo. A History of European Law. Translated by Laurence Hooper. Oxford: Blackwell, 2010.; GROSSI, Paolo. L'Europe du droit. Traduit par Sylvie Taussig. Paris: Seuil, 2011.
- GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2ª ed. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.
- GROSSI, Paolo. História social e dimensão jurídica. In: GROSSI, Paolo. **O direito entre poder e ordenamento**. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
- GROSSI, Paolo. **História da cultura jurídica**. O direito como experiência entre medievo e modernidade. Belo Horizonte: D'Plácido, 2025. (capítulos: "Medievo e modernidade: os diferentes fundamentos de duas civilizações jurídicas"; "Um direito sem Estado: a noção de autonomia como fundamento da constituição jurídica medieval").
- LACCHÈ, Luigi. Sobre a Comparative Legal History e arredores. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS**, vol. 14, n.1, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/100977>
- MECCARELLI, Massimo. Criminal Law before a State Monopoly. In: PIHLAJAMÄKI, Heikki; DUBBER, Markus D.; GODFREY, Mark (eds.). **The Oxford Handbook of European Legal History**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 633-655.
- HALPÉRIN, Jean-Louis. Criminal Law and Innovation in Penitentiary Systems. In: PIHLAJAMÄKI, Heikki; NUNES, Diego; DAL RI Jr., Arno (eds.). **Comparative Legal History. Law and Innovation**. Belo Horizonte: Del Rey, 2024. p. 105-138.
- HEIRBAUT, Dirk; SONTAG, Ricardo. História do direito tradicional e história do direito contextual. In: Georges Martyn; Arno Dal Ri Júnior (orgs.). **Métodos da historiografia do direito contemporânea: olhares cruzados entre a Bélgica e o Brasil**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2024. p. 49-108.
- HESPANHA, António Manuel. **Como os juristas viam o mundo**. 1550-1750: direitos, estados, coisas, contratos, ações e crimes. Lisboa, 2015. (capítulos 1 e 2)
- HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio**. Coimbra: Almedina, 2012.

HESPANHA, António Manuel. Categorias. História dos conceitos, história das ideias, história dos dogmas jurídicos. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação Direito / UFRGS**, vol. 13, n. 1, 2018. p. 5-35
Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/86983/49956>

PIHLAJAMÄKI, Heikki. Comparative Contexts in Legal History: Are We All Comparatists Now? **Sequência** (Florianópolis), n. 70, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552015000100057

SBRICCOLI, Mario. **A penalística civil**. Teorias e ideologias do direito penal na Itália unificada. Tradução de Ricardo Sontag. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2021.

SBRICCOLI, Mario. História do direito e história da sociedade – questões de método e problemas de pesquisa. **Sequência** (Florianópolis), n. 82, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/seq/n82/2177-7055-seq-82-288.pdf>

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na história das ideias. **Tempo & argumento**, vol. 9, n. 20, 2017. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/2175180309202017358/6760>

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da, & FIGUEIRA, Luiz Eduardo. (2012). A proteção na cultura jurídica trabalhista: revisão conceitual. **Revista direitos fundamentais & democracia**, vol. 12, n. 12, p. 302-325, 2012. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/view/337>

SOARES, Fabiana de Menezes (org.). **Elaboração legislativa em direito agroalimentar**. Florianópolis: Tribo Ilha Editora, 2019.

STOLLEIS, Michael. **Escrever história do direito**. Reconstrução, narrativa ou ficção? Tradução de Gustavo César Machado Cabral. São Paulo: Contracorrente, 2020.

Obs. 1: é muito desejável o conhecimento de textos clássicos e fontes de época sobre os pontos indicados.

Obs. 2: é esperado que o candidato ou candidata escolha as referências bibliográficas pertinentes para estudar as referências temáticas, sobretudo as de números 5 e 6.

4-F. Macrofilosofia do Estado de Direito: Liberdade, Dignidade e Democracia como fundamentos do Direito Político**Referências temáticas**

- 1) Experiência e cultura política clássica.
- 2) O Direito como fundamento do poder político e do poder religioso no Medievo.
- 3) Representação versus Razão: o homem, o justo e a Filosofia Medieval.
- 4) Modernidade, entre Ilustração e Romantismo.
- 5) Política e História em Kant.
- 6) Hegel: dialética, historicidade e racionalidade.
- 7) Razão e destino do Estado de Direito.
- 8) Dignidade humana, entre o ocidental e o universal.
- 9) Comunitarismos e liberalismos: telos e causalidade na compreensão do Direito
- 10) Tolerância e Liberdade de expressão nas sociedades plurais.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Vinícius Francisco Chichurra. Petrópolis: Vozes, 2024.
- BIELSCHOWSKY, Raoni. **Cultura Constitucional**; fundamentos para uma Teoria da Constituição. São Paulo: Dialética, 2024.
- COSTA, Pietro, ZOLO, Danilo (orgs.). **O Estado de Direito**; história, teoria, crítica. Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DUQUE, Félix. **Historia de la Filosofía Moderna**; la era de la crítica. 2. ed. Madrid: Akal, 1998.
- GALUPPO, Marcelo. **Igualdade e diferença**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.
- HEGEL, G.W.F. **Filosofia da História**. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília: EdUnB, 1999.
- HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**; ou Direito Natural e Ciência Política em Compêndio. Trad.: Paulo Meneses (in memoriam), Agemir Bavaresco et al. 2. ed. Porto Alegre, Editora Fênix, 2021.
- HORTA, José Luiz Borges (Org). **Hegel, Paixão & Diferença**. Belo Horizonte: Expert, 2021.
- HORTA, José Luiz Borges. **História do Estado de Direito**. São Paulo: Alameda, 2011.
- HORTA, José Luiz Borges; SALGADO, Karine. **História, Estado e Idealismo Alemão**. Belo Horizonte, EdUFMG, 2017.
- KANT, Immanuel. **Metafísica dos costumes**. Trad. Clelia Aparecida Martins et al. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MAYOS, Gonçal. **Macrofilosofía de la Modernidad**. Sevilla: dLibro, 2012.
- PLATÃO. **A República**. Trad. Jaime Ginzburg. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- REALE, Miguel. **Teoria do Direito e do Estado**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- SALGADO, Joaquim Carlos. **A Idéia de Justiça em Hegel**. São Paulo: Loyola, 1996.
- SALGADO, Joaquim Carlos. **A Ideia de Justiça em Kant**: seu fundamento na liberdade e na igualdade. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.
- SALGADO, Joaquim Carlos. **A Idéia de Justiça no Período Clássico**: ou Da Metafísica do Objeto: a Igualdade. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

SALGADO, Karine. **A Filosofia da Dignidade Humana**. 2 v. V. I: a contribuição do alto medievo. 1. ed. V. II: porque a essência não chegou ao conceito. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009- 11.

SALGADO, Karine. **A Paz Perpétua de Kant**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

SALGADO, Karine; ALMEIDA, Philippe Oliveira de (Orgs.) **As virtudes da república**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2023.

4-G. Teoria do Direito e Filosofia do Direito

Referências temáticas

- 1) Normas jurídicas: conceito, estrutura, características essenciais; normas garantidoras de direitos fundamentais: regras, princípios, subsunção, ponderação e analogia;
- 2) Interpretação, Hermenêutica e Argumentação Jurídica. Discurso prático geral e discurso jurídico: características, distinção;
- 3) Conceito de direito e relação entre direito e moral: positivismo e não-positivismo jurídicos;
- 4) Teorias da Justiça.

Referências bibliográficas

- ALEXY, Robert. Robert. **Teoria Discursiva do Direito**. Organização, Tradução e Estudo Introdutório de A.T.G. Trivisonno, Rio de Janeiro: 2014.
- BROCHADO, Mariah. Apontamentos sobre hermenêutica jurídica. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 13, n. 100, p. 227-261, jul./set. 2011.
- BROCHADO, Mariah. **Filosofia do direito e formação humanística para concursos**. Curitiba: CRV, 2016.
- KANT, Immanuel. **A Metafísica dos Costumes**. Tradução de José Lamago. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- KANT, Immanuel. **A Metafísica dos Costumes**. Tradução de José Lamago. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2017.
- KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 1ª edição alemã, 1934. Tradução e estudo introdutório de Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021.
- TRAVESSONI GOMES TRIVISONNO, Alexandre. **Elementos Fundamentais de uma Teoria da Discricionariedade no Direito**. São Paulo: Marcial Pons, 2024.
- TRIVISONNO, Alexandre Travessoni Gomes. O Que Significa "A Injustiça Extrema Não é Direito"? Crítica e Reconstrução do Argumento da Injustiça no Não-Positivismo Inclusivo de Robert Alexy. In: **Espaço Jurídico Journal of Law**, v. 16, n. 3, p. 97-122, 2015.
- TRIVISONNO, Alexandre Travessoni Gomes. Direitos Humanos e Fundamentais – Questões Conceituais. In: **Espaço Jurídico Journal of Law**, v. 21, n. 1, 2020, p. 7-18.

4-H. Filosofia da Tecnologia e Direito Digital: Estudos Transversais e Comparados**Referências temáticas**

- 1) Filosofia da Tecnologia e novas fronteiras do Direito
- 2) Fundamentos do Direito Digital entre Filosofia da Tecnologia e Cyberdireito
- 3) Inteligência Artificial: dimensões técnica, ética e jurídica
- 4) Constitucionalismo Digital entre governança tecnológica transnacional, direitos humanos e Teoria Queer da tecnologia
- 5) Inovação tecnológica, padrões regulatórios e desafios normativos
- 6) Soberania digital entre poder corporativo transnacional e tecnologias emergentes
- 7) Infraestruturas digitais, sistema-mundo e dependência tecnológica
- 8) Economia política dos dados, trabalho digital e extração de valor

Referências bibliográficas

- BROCHADO, Mariah. Contrapuntos epistêmicos y éticos sobre la inteligencia artificial. **Revista Novamerica**. Disponível: em: <https://www.novamerica.org.br/ong/wp-content/uploads/2025/05/0186.pdf>
- BROCHADO, Mariah. **Inteligência artificial no horizonte da filosofia da tecnologia**: técnica, ética e direito na era cybernética. São Paulo: Editora Dialética, 2022.
- BROCHADO, Mariah. Prolegômenos a uma filosofia algorítmica futura que possa apresentar-se como fundamento para um cyberdireito. **Revista de Direito Público-RDP**, v. 18 n. 100 (2021): Dossiê Temático - "Inteligência Artificial, Ética e Epistemologia". Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5977>
- HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. **Teoria geral do direito digital**. Transformação digital, desafios para o direito. São Paulo: Forense, 2021.
- NOVAES, Roberto Vasconcelos; WANDERLEY Jr., B. Contrasting approaches to AI regulation: a comparative analysis of the EU AI Act and China's Cyberspace Administration decrees. **Beijing Law Review**, Beijing, v. 16, p. 501-540, 2025.
- NOVAES, Roberto Vasconcelos; FERRAZ, Francesca Flávio. Protection of copyrights in the era of generative artificial intelligence. In: SANTOS, M.F., MACHADO, J., NOVAIS, P., CORTEZ, P., MOREIRA, P.M. (eds) **Progress in artificial intelligence**. EPIA 2024. Lecture Notes in Computer Science, vol 14967. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-73497-7_27. Print ISBN 978-3-031-73496-0. Online ISBN 978-3-031-73497-7.
- POLIDO, Fabrício B.P. Estado, soberania digital e tecnologias emergentes: interações entre direito internacional, segurança cibernética e inteligência artificial. **Revista de Ciências do Estado**, vol. 9. n.1. p.1-30. 2024.
- POLIDO, Fabrício. O direito internacional entre tecnologias emergentes e 'tempos fraturados': sobre a artificial desumanização em uma era pós-digital. In: BROCHADO, Mariah; POLIDO, Fabrício B. P. **Direito**

em tempos de Emergências Globais: Novos Sujeitos, Tecnologias, Sustentabilidade e Justiça. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2026.

TRIVISONNO, Alexandre Travessoni Gomes. Formal principles, innovation and automatized application of the law. In: BOCHADO, Mariah (Org). **Direito e Estado entre Mundo Analógico e Era Digital:** reflexões de fronteira em homenagem a Wolfgang Hoffmann-Riem. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

Projetos coletivos da Linha de Pesquisa 5

5-A. Ciência, Tecnologia e Novas Fronteiras do Direito

Referências temáticas

- 1) Pessoa: gênese na antropologia e genética
- 2) Pessoa e qual corpo? Influências da genética e neurociências
- 3) Pessoa, Sapiens: Superação ou Suprassunção
- 4) Neurodireito
- 5) Neuroética
- 6) Neurociências e o livre-arbítrio
- 7) Desafios da inteligência artificial
- 8) Capitalismo de vigilância e colonialismo de dados
- 9) Governamentalidade algorítmica
- 10) Novo ecossistema informacional e regulação de plataformas digitais

Referências bibliográficas

- ALVES, M. A. S. Cidade inteligente e governamentalidade algorítmica: liberdade e controle na era da informação. *Philosophos*, v. 23, n. 2, Goiânia, p. 191-232, 2018.
- ALVES, M. A. S. O novo ecossistema informacional e os desafios para a democracia. In: Carlos Alberto Ávila de Araújo; Fábila Pereira Lima; Geane Carvalho Alzamora (Org.). *Desinformação e contemporaneidade: democracia, ciência e vida social*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2024, p. 221-230.
- ALVES, M. A. S.; MACIEL, E. R. H. O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto. *Internet & Sociedade*, v. 1, p. 144-171, 2020.
- BENTES, A. A indústria da influência digital: elos entre o capitalismo de vigilância e a economia da atenção. In: *Da Madison Avenue ao Vale do Silício: ciências comportamentais do engajamento, tecnologias de influência e economia da atenção*. 2022. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022, p. 67-119.
- BRAIDOTTI, R. *The Posthuman: Life Beyond the Self*. In: *The posthuman*. Cambridge: Polity Press, 2013, p. 13-54.
- CARDOSO, R. C. Neurolaw and the Neuroscience of Free Will: an Overview. *Scio. Revista de Filosofia*, v. 1, p. 55-81, 2021.
- CARDOSO, R. C.; KARASINSKI, M. Intersecções da neurociência: compreendendo melhor as decisões morais e legais. In: Ana Maria D'Ávila Lopes; Felipe Ignacio Paredes; José Julián Martínez. (Org.). *Desafios da interface neurodireito e inteligência artificial*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2024, p. 153-162.
- CLARK, A.; CHALMERS, D. *The extended mind*. Analysis, Oxford, v. 58, n. 1, p. 7-19, 1998.
- COULDRY, N.; MEJIAS, U. The capitalization of life without limit. In: *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford University Press, 2019, p. 3-35.
- DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. Platform mechanisms. In: *The platform society: public values in a connective world*. Oxford University Press, 2018, p. 31-48.

- FLORIDI, L. Mapping the Ethics of Algorithms. In: The Ethics of Artificial Intelligence: principles, challenges, and opportunities. Oxford University Press, 2023, p. 92-112.
- GREENE J.; COHEN, J. For the law, neuroscience changes nothing and everything. Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences, 359(1451), p. 1775–1785, 2004.
- INGOLD, T. The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill London: Routledge, 2000. (capítulos 21, 22 e 23, p. 373-419).
- ROUVROY, A.; BERNIS, T. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? Revista Eco Pós, vol. 18, n. 2, p. 35-56, 2015.
- ROVANE, C. Genetics and Personal Identity. In: Justine Burley; John Harris (Org.). A Companion to Genetics. Oxford: Blackwell, 2004, p. 245-252.
- SAPOLSKY, R. M. Determined: a science of life without free will. New York: Penguin Press, 2023 (capítulos 1-4, p. 10-118).
- SHEN, F. X. The Law and Neuroscience Bibliography: Navigating the Emerging Field of Neurolaw. International Journal of Legal Information, 38, p. 352-399, 2010. SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2077934>
- STANCIOLI, B. Corpo, Informação e tecnociências: A manipulação da plataforma empírica dos direitos fundamentais. In: Ivan Domingues (Org.). Biotecnologias e regulações: desafios contemporâneos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018, p. 309-322.
- VERPLAETSE, J.; SCHRIJVER, J.; VANNESTE, S.; BRAECKMAN, J. (eds.). The Moral Brain: Essays on the Evolutionary and Neuroscientific Aspects of Morality. Dordrecht: Springer, 2009. (Introduction, p. 1-43).
- ZUBOFF, S. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: Fernanda Bruno et al. (Org.). Tecnopólicas da vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-68.

5-B. Constitutionalism and Comparativism

Referências temáticas

- 1) The rule of law and how it should work
- 2) Academic Freedom: Dimensions, Foundations, and Institutional Protection
- 3) Human rights, justice, and democracy: tensions and mutual reinforcement
- 4) Democratic and constitutional erosion; democratic decay; authoritarian backsliding; constitutional repair
- 5) Constitutionalism and its conceptions
- 6) Comparative constitutional review
- 7) Law-making processes and theories of democracy
- 8) Constitutional courts, civil society, and social movements. Constitutionalism out of the courts
- 9) Constitutional resilience and democratic revival
- 10) Surveillance capitalism, constitutionalism, and democratic erosion

Referências bibliográficas

- BUSTAMANTE, Thomas. MEYER, Emílio Peluso Neder. Legislative resistance to illiberalism in a system of coalitional presidentialism: will it work in Brazil?, *The Theory and Practice of Legislation*, 2021.
- BUSTAMANTE, Thomas et al. Liberdade Acadêmica e Ativismo Político: a neutralidade é um valor no direito constitucional? Belo Horizonte: Conhecimento, 2022.
- CESARIO ALVIM, Juliana. Bridging past and future: transformative constitutionalism and directive constitutions amidst authoritarian challenges. *VRÜ – Verfassung und Recht in Übersee*, n. 56, 2023.
- DALY, Tom Gerald. Constitutional repair: a comparative theory. *American Journal of Comparative Law*, v. 73, n. 1, 1-48.
- DIXON, Rosalind. *Responsive Judicial Review: Democracy and Dysfunction in the Modern Age*. Oxford: Oxford University Press, 2023, chapters 7 and 8.
- DRINÓCZI, Tímea, BIEN-KACALA, Agnieszka. Illiberal constitutionalism: the case of Hungary and Poland. *German Law Journal* (2019) Volume 20, December 2019, pp. 1140-1166.
- DRINÓCZI, Tímea; PELUSO NEDER MEYER, Emilio. Constitutional identity and illiberalism: Introduction. *International Journal of Constitutional Law*, v. 23, n. 4, p. 1312-1329, 2025.
- DRINÓCZI, Tímea, Concept of quality in legislation – revisited: matter of perspective and a general overview. *3 Statute Law Review* 2015, 36: 211-227.
- DRINÓCZI, Tímea. Constitutional identity in Europe: the identity of the constitution. A regional approach. *2 German Law Journal* (2020, Vol 21) 105-130.
- FINKIN, Matthew W.; POST, Robert C. *For the common good: principles of American academic freedom*. New Haven: Yale University Press, 2011.
- LARUELL, Marlene. 'Illiberalism: A conceptual introduction' *2 East European Politics* (2022) 303-327.
- MEYER, Emilio Peluso Neder. *Constitutional Erosion in Brazil*. Oxford: Hart Publishing, 2021, chapters 5 and 6.

MEYER, Emílio Peluso Neder. *Constitucionalismo e Comparativismo*. São Paulo: Contracorrente, 2024, chapters II and VII.

MEYER, Emílio Peluso Neder. Illiberalism in Brazil: From Constitutional Authoritarianism to Bolsonarism. *Journal of Illiberalism Studies*, v. 3, p. 21-45, 2023.

MEYER, EMILIO PELUSO NEDER; DOS REIS, ULISSES LEVY SILVÉRIO ; DE CASTRO, BRUNO BRAGA. Courts and COVID-19: an Assessment of Countries Dealing with Democratic Erosion. *Jus Cogens*, v. 5, p. 85-110, 2023.

MEYER, Emilio Peluso Neder; DRINÓCZI, Tímea. Is anyone doomed to live under illiberalism? Constitutional identity and democratic erosion in Hungary and Brazil. *International Journal of Constitutional Law*, v. 23, n. 4, p. 1375-1404, 2025.

MEYER, Emílio Peluso Neder; POLIDO, F. B. P. . International Law, Constitutions, and Electoral Content Moderation: Overcoming Supranational Failures Through Domestic Solutions. *Chicago Journal of International Law*, v. 24, p. 95-114, 2023.

SCHEPPELE, Kim Lane. Restoring democracy through international law. *American University International Law Review*, v. 39, n. 4, 2024.

WALDRON, Jeremy, The Rule of Law, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2020 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <https://plato.stanford.edu/archives/sum2020/entries/rule-of-law/>.

ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism*. New York: Public Affairs, 2019. Chapters 12 and 13.

5-C. Direito Civil e Pensamento Jurídico Contemporâneo: pessoa, autonomia e responsabilidade

Referências temáticas

- 1) Relação jurídica e situação jurídica subjetiva
- 2) Início e fim da personalidade jurídica
- 3) Bens digitais e a morte do usuário de internet
- 4) Os desafios ético-jurídicos da comodificação do corpo humano
- 5) Crianças e adolescentes: autonomia e vulnerabilidade
- 6) Vulnerabilidades digitais e capitalismo de vigilância
- 7) Privacidade, imagem e proteção de dados no contexto das novas tecnologias
- 8) Direito Civil e o fenômeno negocial: autonomia e proteção da confiança
- 9) Perspectivas contemporâneas sobre responsabilidade civil por dano moral
- 10) Codificação e reforma do Código Civil: perspectivas críticas

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Manuel A. Domingues de. *Teoria geral da relação jurídica*. Vol. I e II. Coimbra: Almedina, 1992. Capítulo preliminar: conceito e estrutura da relação jurídica. p. 1-28.
- ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito Civil: Teoria Geral*. Vol. 3: Relações e Situações Jurídicas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 9-46.
- BIONI, Bruno Ricardo. *Proteção de dados pessoais*. A função e os limites do consentimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 45-109.
- CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. *Da Boa-fé no Direito Civil*. Coimbra: Almedina, 2015. p. 1234-1251.
- ERZANOWSKI, Aaron; SCHULTZ, Jason. *The end of ownership: personal property in the digital economy*. Cambridge, EUA: The MIT Press, 2016. p. 57-81.
- HARBINJA, Edina. Post-mortem privacy 2.0: theory, law, and technology. *International Review of Law, Computers & Technology*, 2017, vol. 31, N. 1, 26-42.
- LARA, Mariana Alves; REZENDE, Giuliana A. F. O sistema de incapacidades de crianças e adolescentes no Código Civil de 2002 e a insuficiência da reforma. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 130, p. 249, 2025.
- LIVINGSTONE, Sonia; STOILOVA, Mariya. *The 4Cs: Classifying Online Risk to Children*. (CO:RE Short Report Series on Key Topics). Hamburg: Leibniz-InsCtut für Medienforschung | Hans-Bredow-InsCtut (HBI); CO:RE - Children Online: Research and Evidence, 2021.
- LUNA, Florencia. Identifying and evaluating layers of vulnerability – a way forward. *Developing World Bioeth.* 2019;19:86-95.
- MALGIERI, Gianclaudio; NIKLAS, Jędrzej. Vulnerable data subjects. *Computer Law & Security Review*, v. 37, jul./2020.
- MARTINS-COSTA, Judith. Dano moral à brasileira. *RIDB*, Ano 3 (2014), no 9, p. 7073-7122.

- ÖHMAN, C.; FLORIDI, L. The political economy of death in the age of information: A critical approach to the digital afterlife industry. *Minds and Machines: Journal for Artificial Intelligence, Philosophy and Cognitive Science*, 27(4), 639–662, 2017.
- OLIVEIRA, Lucas Costa de. Aspectos controversos do erro no negócio jurídico: uma análise a partir da tensão entre autonomia e confiança. *Revista Brasileira de Direito Civil*, v. 19, p. 17-37, 2019.
- OLIVEIRA, Lucas Costa de. *Gametas como mercadorias: a superação dos desafios ético-jurídicos da comodificação de gametas humanos*. 1. ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2023, p. 113-197.
- PEREIRA, Fabio Queiroz. Os perfis de redes sociais e a morte do usuário: *privacy by design* e o estabelecimento de uma regra padrão. *Civilistica.com*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 1–24, 2025.
- PEREIRA, Fabio Queiroz; LARA, Mariana Alves. A situação jurídica do ente por nascer: uma análise crítica em busca de coerência normativa. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, abr./jun., 2020. p. 17-42.
- PEREIRA, Fabio Queiroz; LARA, Mariana Alves. O momento declarativo da morte e as repercussões jurídicas de sua identificação com a morte encefálica. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 30, out./dez. 2021. p. 93-115.
- PEREIRA, Fabio Queiroz. *O ressarcimento do dano pré-Contratual: interesse negativo e interesse positivo*. São Paulo: Almedina, 2017. p. 95-226.
- QUIGLEY, Muireann. Propertisation and commercialisation: on controlling the uses of human biomaterials. *The Modern Law Review*, vol. 77, n. 5, p. 677-702, 2014.
- ROBERTO, Giordano Bruno Soares. *Introdução à História do Direito Privado e da Codificação*. 4. ed. Belo Horizonte: Lafayette, 2020.
- SÁ, Maria de Fátima Freire de; OLIVEIRA, Lucas Costa de. A morte como o melhor interesse da criança: uma proposta a partir dos casos Charlie Gard e Alfie Evans. *Revista de Bioética y Derecho*, v. 48, p. 177-191, 2020.
- ZUBOFF, Shoshana. Big other: surveillance capitalism and the prospects of na information civilization. *Journal of Information Technology*, v. 30, 2015. p. 75-89.

5-D. Teoria do Direito, Moralidade Política, Racionalidade Prática e Normatividade

Referências temáticas

- 1) Objetividade na moral e no direito
- 2) Teorias clássicas e contemporâneas do direito natural
- 3) Positivismo jurídico: debates contemporâneos
- 4) As origens do positivismo jurídico
- 5) Conceitos interpretativos na teoria jurídica de Ronald Dworkin
- 6) Integridade no direito e a metáfora dworkiniana do romance em cadeia
- 7) O ideal político do estado de direito (*rule of law*) e o ethos de fidelidade ao direito
- 8) Obrigação moral de obedecer ao direito (obrigação política)
- 9) O inferencialismo e o direito como prática social
- 10) Valores e práticas sociais.

Referências Bibliográficas

- Dworkin, Ronald, "Objectivity and Truth: You'd Better Believe It". *Philosophy and Public Affairs*, Vol. 25, 1996, pp. 87-139.
- Finnis, John, "Natural Law Theory: Its Past and Its Present" in Marmor, Andrei, *The Routledge Companion to Philosophy of Law*. New York: Routledge, 2012, pp. 16-30.
- Green, Leslie and Thomas Adams, "Legal Positivism", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2025 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), URL = <https://plato.stanford.edu/archives/win2025/entries/legal-positivism/>.
- Postema, Gerald J., "Legal Positivism: Early Foundations" in Marmor, Andrei, *The Routledge Companion to Philosophy of Law*. New York: Routledge, 2012, pp. 31-47.
- Dworkin, Ronald. *Law's Empire*. Cambridge, MA: Harvard, 1986, capítulo 2.
- Dworkin, Ronald. *A Matter of Principle*. Cambridge, MA: Harvard, 1985, capítulo 6.
- Postema, Gerald. "Fidelity, Accountability and Trust: Tensions at the Heart of the Rule of Law" in Bustamante, Thomas and Decat, Thiago Lopes (orgs), *Philosophy of Law as an Integral Part of Philosophy: Essays on the Jurisprudence of Gerald J Postema*. Oxford: Hart Publishing, 2020, pp. 34-60.
- Edmundson, William A. "State of the Art: The Duty to Obey the Law". *Legal Theory*, Vol. 10, 2004, pp. 215-259.
- Brandom, Robert. "A Hegelian model of legal concept determination", in Hubbs, G et al, *Pragmatism, Law, and Language*, New York: Routledge, 2013, pp. 19-39
- Raz, Joseph. *The Practice of Value*, Oxford: OUP, 2003, capítulos 1 e 2, pp. 15-59.

5-E. Filosofia do Direito Privado

Referências temáticas

- 1) Peter Benson
- 2) Jules Coleman
- 3) Charles Fried
- 4) James Gordley
- 5) Arthur Ripstein
- 6) Ernest Weinrib

Referências bibliográficas

BENSON, Peter (2019). Justice in Transactions: A Theory of Contract Law Cambridge, MA: Belknap (recomenda-se ao menos a leitura da introdução).

COLEMAN, Jules L. (2001). The Practice of Principle: In Defence of a Pragmatist Approach to Legal Theory. Nova York: Oxford University (recomenda-se ao menos a leitura dos capítulos 2 e 3).

FRIED, Charles (2015). Contract as Promise: A Theory of Contractual Obligation. 2ed. Nova York: Oxford University (recomenda-se ao menos a leitura dos capítulos 1 e 2).

GORDLEY, James (2001). Contract Law in the Aristotelian Tradition. In: BENSON, Peter (org.). The Theory of Contract Law: New Essays. Cambridge: Cambridge University, pp. 265-334.

RIPSTEIN, Arthur (2009). Force and Freedom: Kant's Legal and Political Philosophy. Cambridge, MA: Harvard University (recomenda-se ao menos a leitura dos capítulos 3, 4 e 5).

WEINRIB, Ernest J. (2012). The Idea of Private Law. ed. rev. Oxford: Oxford University (recomenda-se ao menos a leitura do prefácio à edição de 2012 e do capítulo 1).

5-F. Direito e Justiça: Aproximações Teórico-Sociais e Filosóficas Contemporâneas

Referências temáticas

- 1) A justiça do direito e os outros âmbitos da vida social;
- 2) Justiça, igualdade e liberdade;
- 3) Justiça: liberalismo e socialismo;
- 4) Justiça e direitos subjetivos;
- 5) Justiça e violência.

Referências Bibliográficas

- DERRIDA, Jacques. Do direito à justiça. In: _____. **Força de lei**: o "fundamento místico da autoridade". Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 3-58.
- DWORKIN, Ronald. **A virtude soberana**: a teoria e a prática da igualdade. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2011, cap. 2.
- FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**. Trad. Aline Scalota. São Paulo: Autonomia Literária, 2024, cap. 1.
- HABERMAS, Jürgen. **Justification and application**: remarks on discourse ethics. Trad. Ciaran Cronin. Cambridge, London: The MIT Press, 1993, cap. 2.
- LUHMANN, Niklas. **O direito da sociedade**. Trad. Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2016, cap. 5.
- RAWLS, John. **Justiça como equidade**: uma reformulação. Org. Erin Kelly. Trad. Claudia Berliner. Rev. trad. Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Projetos coletivos da Linha de Pesquisa 6**6-A. Direito Ambiental e Climático Brasileiro, Internacional e Comparado****Referências temáticas**

- 1) Fundamentos do Direito Internacional Ambiental
- 2) Jurisprudência Internacional Ambiental
- 3) O Regime Jurídico Internacional das Mudanças Climáticas
- 4) Litigância Climática no Direito Internacional e Brasileiro
- 5) Direito Ambiental e Direito Econômico: interações e interdependências
- 6) Conceito Jurídico de Desenvolvimento.
- 7) Constituição Econômica, Meio Ambiente e Pluralismo Produtivo
- 8) A institucionalização da problemática ambiental
- 9) Direito Ambiental Econômico e a formação institucional de mercados na Economia Verde.
- 10) Direito Ambiental Econômico e Mudanças Climáticas

Referências bibliográficas

BRUNNÉE, Jutta. The sources of international environmental law: interactional law. In: BESSON, Samantha; D'ASPREMONT, Jean (ed.). **Oxford handbook on the sources of international law**. Oxford: Oxford University Press, 2017. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2782016>.

MOREIRA, Danielle de Andrade et al. **Boletim da Litigância Climática no Brasil 2024**. Rio de Janeiro: Grupo de Pesquisa em Direito, Ambiente e Justiça no Antropoceno (JUMA/PUC-Rio), dez. 2024. Disponível em: https://juma.jur.puc-rio.br/_files/ugd/a8ae8a_000d7729cab34b3dbc5be0e1d1c7ec9b.pdf.

VIÑUALES, Jorge E. The contribution of the International Court of Justice to the development of international environmental law: a contemporary assessment. **Fordham International Law Journal**, v. 32, n. 1, p. 232–258, 2008. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1645459>.

SCOVAZZI, Tullio. Do Protocolo de Kyoto ao Acordo de Paris. Tradução: Lucas Carlos Lima. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 78, p. 469–476, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/2178>

CORREA, Leonardo Alves. Existe um Conceito Jurídico de Desenvolvimento? Notas da Proposta de uma Teoria Jurídica de Desenvolvimento Pluridimensional Constitucionalmente Adequada. **R. Fórum Dir. fin. e Econômico – RFDFE I** Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 269-287, mar./ago.2012.

CLARK, Giovani; CORREA, Leonardo Alves; NASCIMENTO, Samuel Pontes. Ideologia Constitucional e Pluralismo Produtivo. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. Número Especial em Memória ao Prof. Washington Peluso Albino de Souza. pág. 265-300. 2013 - <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/P.0304-2340.2013vWAp265>

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. Fundamentos para a disciplina jurídica de Mitigação das Mudanças Climáticas no Direito Brasileiro. (tese para o concurso de Professor Titular no Departamento de Direito

Econômico, Financeiro e Tributário da Universidade de São Paulo na área de Direito Ambiental) Cap. 4 Elementos das Políticas Climáticas de Mitigação. pag. 303 a 384

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. Cap. 2 - "Direito Econômico e Direito Ambiental."

DERANI, pag. 37-72

NOBRE, Marcos. Desenvolvimento Sustentado e a problemática ambiental. **Lua Nova** (47) • Ago 1999.

<https://www.scielo.br/j/ln/a/jygFVXQ3WL8yfsPyCrTTvRk/?lang=pt>

COUTINHO, DIOGO ROSENTHAL; MOUALLEM, PEDRO SALOMON BEZERRA ;. Arquitetura de mercados como processo social. REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, v. 9, p. 111-144, 2021. -

<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/833>

6-B. Direito Internacional Contemporâneo

Referências temáticas

- 1) Direito Internacional Pós-Moderno: Nova Ordem Internacional (aspectos políticos, econômicos e do Comércio Internacional); Teorias de Direito e Relações Internacionais; A Sociedade Internacional e o Direito Internacional; Conceito e Fontes do Direito Internacional Contemporâneo; Governança Global.
- 2) Tratados Internacionais: conceito; terminologia; condições de validade; classificação; fundamento; efeito; interpretação; processo de conclusão; execução; garantias; cláusulas; extinção; apreciação no sistema brasileiro.
- 3) Princípios de Direito Internacional: Princípios como fontes do Direito Internacional; Princípios Gerais de Direito e Princípios do Direito Internacional Geral; Sub-princípios; Fundamentos Jurídicos; Definição e Consolidação Histórica e Convencional. Princípios da Carta da ONU; Princípios da Resolução 2625 (XXV) AGNU.
- 4) Pessoas Internacionais: Estados; organizações internacionais; pessoa humana; organizações não estatais; empresas transnacionais; organizações não-governamentais; capacidade jurídica internacional (personalidade originária e derivada).
- 5) Organizações Internacionais: Teoria Geral das Organizações Internacionais (conceito; características; espécies; responsabilidade internacional; direitos; financiamento; efeitos jurídicos de suas normas). Organização das Nações Unidas – ONU. Organizações Americanas, Europeias, Asiáticas e Africanas.
- 6) Responsabilidade Internacional de Estados e Organizações Internacionais: princípios gerais; atribuição; violação de obrigação internacional; excludentes de ilicitude; reparação e contramedidas; proteção diplomática e funcional; Estados, Organizações Internacionais e a Responsabilidade de Proteger.
- 7) Direito Internacional Econômico: Globalização, Integração Regional e redefinição do conceito de Soberania. Organização Mundial do Comércio – OMC (processo de formação – do GATT/47 ao Protocolo de Marraqueche; objetivos; estrutura; processo de decisão; solução de controvérsias; principais Acordos; Rodada de Doha); Instituições Financeiras Internacionais (FMI, Banco Mundial, Banco do BRICS); Propriedade Intelectual. Direito Internacional Ambiental.
- 8) Direito Internacional dos Direitos Humanos: individualidade, universalidade e extensão dos Direitos Humanos; padrões internacionais de implementação Direitos Humanos; ONU e Direitos Humanos; Conselho da Europa e a Corte Européia de Direitos Humanos; OEA e a Corte Interamericana de Direitos Humanos; Organização da Unidade Africana - OUA e a Carta Africana de Direitos do Homem; Direitos Humanos na Ásia; Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional; ONGs, Empresas Transnacionais e Direitos Humanos.
- 9) Direito Comunitário e da Integração: União Européia – UE (processo de integração, instituições; tratados comunitários); Direito da União Européia (princípios jurídicos comunitários, regras processuais; principais julgados); Outras Organizações Internacionais Européias; MERCOSUL (processo de integração, instituições; tratados e protocolos); Acordo de Associação União Européia-Mercosul.
- 10) A contribuição dos Tribunais Internacionais à evolução do Direito Internacional Contemporâneo: modos pacíficos de solução de conflitos internacionais (jurisdicionais e não-jurisdicionais); Corte Internacional de Justiça – CIJ; Tribunal Internacional de Direito do Mar; Tribunal Penal Internacional –

TPI; Tribunal de Justiça da União Europeia; Solução de Conflitos no âmbito do Mercosul; Solução de Conflitos na OMC; expansão, coexistência e diálogo dos múltiplos tribunais internacionais.

Referências Bibliográficas Principais

- CASELLA, Paulo Borba. **Fundamentos do direito internacional pós-moderno**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- CHIMNI, B. S. **International law and world order: a critique of contemporary approaches**. 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- MARTÍN, Araceli Mangas. NOGUERAS, Diego J. Liñan. **Instituciones y derecho de la unión europea**. 11a Ed. Madrid: Tecnos, 2024.
- SAUNDERS, Imogen. **General principles as a source of international law: Art 38(1)(c) of the Statute of the International Court of Justice**. Oxford: Hart Publishing, 2021.
- SILVA, Roberto Luiz. **Direito internacional público**. 6a Ed. Belo Horizonte: Arraes, 2023.

Referências Bibliográficas Complementares

- AUST, Anthony. **Handbook of international law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BAXI, Upendra. **The Future of human rights**. 3rd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- BIANCHI, Andrea. **International law theories: an inquiry into different ways of thinking**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. **Teoria geral do direito internacional público**. Vol. 1. Belo Horizonte: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
- CHEN, Lung-Chu. **An introduction to contemporary international law**. 3rd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- CRAIG, Paul; DE BÚRCA, Gráinne. **EU Law: text, cases and materials**. 8th. ed. Oxford: Oxford University Press, 2024.
- CRAWFORD, James R. **Brownlie's principles of public international law**. 9th. Ed. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- DE SCHUTTER, Olivier. **International human rights law: cases, materials, commentary**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- JACKSON, John J. **Sovereignty, the WTO, and changing fundamentals on international law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- FITZMAURICE, Malgosia. WONG, Megan S. CRAMPIN, Joseph. **International environmental law: text, cases, and materials**. Cheltenham: Edward Elgar, 2022.
- GARDINER, Richard. **Treaty interpretation**. 2nd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- GUZMAN, Andrew T.; SYKES, Alan O. **Research handbook in international economic law**. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.
- HERDEGEN, Mathias. **Principles of international economic law**. 2nd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- HURD, Ian. **International organizations: politics, law, practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

- MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. **Teoria do Direito Internacional**. Belo Horizonte: Arraes, 2023.
- MENEZES, Wagner. **Curso de direito internacional**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2023.
- MENEZES, Wagner (org). **Direito internacional e decolonialismo**. Belo Horizonte: Arraes, 2024.
- OLIVEIRA, Bárbara da Costa Pinto; SILVA, Roberto Luiz. **Manual de direito processual internacional**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- PAHUJA, Sundhya. **Decolonising international law: development, economic growth and the politics of universality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- PEREIRA, Antônio Alves Celso (coord). **A Expansão sistêmica do direito internacional**. Belo Horizonte: Arraes, 2023.
- RIDRUEJO, José A. Pastor. **Curso de derecho internacional público y organizaciones internacionales**. Madrid: Tecnos, 2014.
- SCHERMES, Henry. BLOKKER. Niels. **International institutional law**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2011.
- SEYERSTED, Finn. **Common law of international organizations**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.
- SHARF, Michael. WILLIAMS, Paul. **The Law of international organizations: problems and materials**. Raleigh: Carolina Academic Press, 2013.
- SHAW, Malcolm. **International law**. 9TH. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.
- SILVA, Roberto Luiz. **Direito comunitário e da integração**. Porto Alegre: Síntese, 1999.
- STEINER, Josephine. WOODS, Lorna. **EU Law**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Os Tribunais internacionais e a realização da justiça**. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Princípios do direito internacional contemporâneo**. Brasília: FUNAG: 2017.

6-C. Direito Penal contemporâneo

Referências temáticas

- 1) O modelo constitucionalmente orientado de direito penal: princípios constitucionais em matéria penal.
- 2) Bem jurídico-penal e funções do Direito Penal.
- 3) Unidade e pluralidade de crimes; concurso de crimes e de normas
- 4) Teorias da ação e modelos teóricos de delito: evolução e debate contemporâneo.
- 5) Causalidade e imputação objetiva nos crimes comissivos e omissivos.
- 6) Tipicidade e causas de sua exclusão.
- 7) Ilícitude penal e causas de sua exclusão.
- 8) Culpabilidade e causas de sua exclusão.
- 9) Funções da pena e sua aplicação.
- 10) Responsabilidade e imputação em delitos empresariais

Referências bibliográficas

- BRODT, Luís Augusto Sanzo. **Da consciência da ilicitude no Direito Penal Brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
- BRODT, Luís Augusto Sanzo. **Novo estudo sobre a consciência da ilicitude**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2019.
- ESTELITA, Heloisa. **Responsabilidade penal de dirigentes de empresas por omissão**. São Paulo: Marcial Pons, 2017.
- FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**: teoria do garantismo penal. Trad. Ana Paula Zomer Sica. Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flavio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- GALVÃO, Fernando. **Direito Penal**: parte geral. 18a ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2025.
- GALVÃO, Fernando. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. 5a ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2025.
- GRECO, Luís. **Problemas de causalidade e imputação objetiva nos crimes omissivos impróprios**. São Paulo: Marcial Pons, 2018.
- JAKOBS, Günther. **Derecho penal**: parte general. Tradução de Joaquin Cuello Contreras e José Luís Serrano Gonzalez de Murillo. Madrid: Marcial Pons, 1997.
- HORTA, Frederico Gomes de Almeida. **Do concurso aparente de normas penais**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.
- HORTA, Frederico Gomes de Almeida. **Elementos normativos das leis penais e conteúdo intelectual do dolo**: da natureza do erro sobre o dever extrapenal em branco. São Paulo: Marcial Pons, 2016.
- ROXIN, Claus; GRECO, Luís. **Direito Penal**: Parte Geral. Tomo I: fundamentos: a estrutura da teoria do crime. São Paulo: Marcial Pons, 2024.
- _. **Derecho Penal**. Parte General. Tomo II, Especiales formas de aparición del delito. Derecho Penal. Parte General. Tomo II, Especiales formas de aparición del delito, 2014.
- SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. **A expansão do direito penal**. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. Trad. Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TAVARES, Juarez e MARTINS, Antonio. **Fundamentos de teoria do delito**. 5° ed. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2025.

VIANNA, Túlio; MIRANDA, Lucas. O direito ao sossego: uma alternativa ao falso bem jurídico "sentimento". **Revista do Tribunal Regional Federal da 1a Região**, Brasília, DF, ano 36, n. 2, 2024.

RABELO, Galvão; VIANNA, Túlio. O fundamento constitucional do princípio da lesividade no direito brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 139, p. 69-108, 2018.

6-D. Justiça Tributária e Segurança Jurídica

Referências temáticas

- 1) Justiça tributária e princípios constitucionais. 1.1) Princípio da legalidade. 1.2) Princípio da capacidade contributiva. 1.3) Princípio da isonomia: liberdade e igualdade. 1.4) O sobreprincípio da segurança jurídica. 1.5) Federalismo Fiscal
- 2) Imunidades tributárias. 2.1) Distinção entre imunidade, isenção e não incidência. 2.2) Imunidades genéricas. 2.3) Imunidades específicas.
- 3) O princípio da legalidade substancial. 3.1) Tipos e conceitos no Direito Tributário. 3.2) O uso de conceitos para atribuição de competências tributárias. 3.3) O raciocínio tipológico e a questão da segurança jurídica. 3.4) Acórdãos do STF: análise crítica do modo de pensar conceitual e tipificante no Direito Tributário.
- 4) Conceito de tributo. 4.1) História da tributação. 4.2) Espécies tributárias. 4.3) Impactos da predestinação das receitas na constitucionalidade dos tributos. 4.4) As taxas e seu uso impróprio como substitutivas dos impostos.
- 5) Interpretação, integração e aplicação da legislação tributária. 5.1) A interpretação como atividade reconstrutiva de sentido dos enunciados. 5.2) As regras do CTN. 5.3) A compatibilização do art. 111 do CTN com o princípio da igualdade.
- 6) A proteção da confiança e a irretroatividade do Direito Tributário. 6.1) Vinculação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. 6.2) Boa fé. 6.3) A transação como solução consensual no Direito Tributário.
- 7) Poder de Polícia Fiscal. 7.1) Conceito, meios, atributos, características, formas de atuação, limites. 7.2) Manifestações do poder de polícia fiscal e limites à atuação do Fisco. 7.3) Dívida ativa de créditos tributários: procedimento, inscrição, execução. 7.4) Direito ao contraditório na fase fiscalizatória. 7.5) A legalidade das obrigações acessórias.
- 8) Ilícitos e antijuridicidades no Direito Tributário. 8.1) Sanções tributárias. 8.1.1) Multas por descumprimento de obrigação principal e acessória. 8.1.2) O princípio da consunção e as multas fiscais. 8.1.3) Limites decorrentes dos princípios constitucionais (proporcionalidade e não confisco). 8.1.4) O uso das multas para submeter o contribuinte ao pagamento de dívidas em anistias: prejuízo para a segurança jurídica. 8.2) Fraude à Constituição.
- 9) Tributação do consumo. 9.1) Não-cumulatividade. 9.2) O ICMS e a prestação de serviços. 9.3) Tributação na era digital: conflitos ISSQN x ICMS. 9.4) A tributação sobre a receita bruta. 9.5) A Reforma da tributação do consumo. 9.6) O novo tributo dual sobre o consumo (IBS/CBS).
- 10) Tributação da renda. 10.1) Direito tributário e contabilidade. 10.2) Existe um conceito constitucional de renda? 10.3) A dupla tributação internacional e os mecanismos para evitá-la. 10.4) Tributação Internacional e Incentivos Fiscais.

Referências Bibliográficas (preferência para edições mais recentes)

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; MARINHO, Marina Soares. A DRU e a deformação do sistema tributário nacional nestes 30 anos de Constituição. Revista de Informação Legislativa, v. 55, p. 27-52, 2018.

- BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. A Lei Kandir e a ofensa ao equilíbrio federativo. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 1, p. 449-480, 2018.
- BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. **Fraude à Constituição**. Belo Horizonte: Fórum, 2026.
- BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. **Manual de Direito Tributário**. 2ª ed. Belo Horizonte: Casa do Direito/Letramento, 2025.
- BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; MARINHO, Marina Soares. O "princípio da tipicidade tributária". A ideia de determinação e a visão de Ricardo Lobo Torres. In: ROCHA, Sérgio André; TORRES, Silvia Faber. **Direito Financeiro e Tributário na obra de Ricardo Lobo Torres**. São Paulo: Noeses, p. 85-111.
- BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. **Poder de Polícia Fiscal**. Belo Horizonte: Mandamentos.
- BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. **Transações Administrativas**. São Paulo: Quartier Latin.
- BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. **O outro Leviatã e a Corrida ao Fundo do Poço**. Coimbra: Almedina.
- DERZI, Misabel Abreu Machado; BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. Federalismo com princípio moral: novas tendências conceituais. In: DERZI, Misabel Abreu Machado; BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; MOREIRA, André Mendes. (Org.). **Estado federal e tributação das origens à crise atual**. 2ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019, v. 1, p. 449-467.
- DERZI, Misabel Abreu Machado. **Direito Tributário Brasileiro**. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro. Rio de Janeiro, Forense.
- DERZI, Misabel Abreu Machado. **Direito Tributário, Direito Penal e Tipo**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- DERZI, Misabel Abreu Machado. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro. Rio de Janeiro: Forense.
- DERZI, Misabel Abreu Machado. **Modificações da Jurisprudência no Direito Tributário**: proteção da confiança, boa fé objetiva e irretroatividade como limitações constitucionais no poder judicial de tributar. São Paulo: Noeses.
- DERZI, Misabel Abreu Machado. Os Conceitos Econômicos e Contábeis e sua Influência no Direito Tributário. **Revista de Direito Tributário**, v. 125, 2016, pp. 163-167.
- LOBATO, Valter de Souza; DERZI, Misabel de Abreu Machado. O Art. 111 do CTN: breves notas a respeito de um dispositivo mal resolvido. In.: BERNARDES, Flávio Couto; MATA, Juselder Cordeiro da; LOBATO, Valter de Souza. (Org.). ABRAD. **Homenagem ao Professor José Souto Maior Borges**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2022, p. 749-771.
- MOREIRA, André Mendes. **A não-cumulatividade dos tributos**. São Paulo: Noeses.
- SILVA, Paulo Roberto Coimbra. **Direito tributário sancionador**. São Paulo: Quartier Latin.
- SILVA, Paulo Roberto Coimbra. O princípio da presunção de inocência e a presunção de culpa no Direito Tributário Sancionador. In. SILVA, Paulo Roberto Coimbra. **Princípios Gerais da Repressão e Princípios Tributários**. Belo Horizonte: Arraes, 2024, v. I, p. 21-36.
- TEIXEIRA, Alexandre Alkmim. **Tributação Internacional e Incentivos Fiscais**. 2ª ed. Belo Horizonte: Lex Legis, 2023.
- TEIXEIRA, Alexandre Alkmim. To Split or not to Split: o Split Payment como Mecanismo de Recolhimento de IVA e seus Potenciais Impactos no Brasil. **Revista De Direito Tributário Atual**. v. 50, p. 27-46, 2022.

6-E. Teoria e Prática do Direito Internacional

Referências Temáticas

- 1) Comparative International Law e Foreign Relations Law
- 2) Tratados e Costume Internacionais: aplicação e interpretação.
- 3) Aplicação do direito internacional no ordenamento brasileiro.
- 4) Decisões de Tribunais Internacionais e seu valor como precedente.
- 5) Responsabilidade Internacional dos Estados e das Organizações Internacionais.
- 6) Direito Internacional Diplomático e Consular.
- 7) Direito Internacional Ambiental e Climático.
- 8) Imunidade dos Estados e das Organizações Internacionais.
- 9) A proteção internacional e regional dos Direitos Humanos.
- 10) Surgimento de Estados e o Princípio da Autodeterminação dos Povos.

Referências Bibliográficas

ROBERTS, Anthea; STEPHAN, Paul B.; VERDIER, Pierre-Hugues; VERSTEEG, Mila. Conceptualizing Comparative International Law. In: ROBERTS, Anthea; STEPHAN, Paul B.; VERDIER, Pierre-Hugues; VERSTEEG, Mila (Orgs.). **Comparative International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2018. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3139978>

BRADLEY, Curtis. What Is Foreign Relations Law? In: BRADLEY, Curtis A. (Org.). **The Oxford Handbook of Comparative Foreign Relations Law**. Oxford: Oxford University Press, 2018. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2960694>.

COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL. **Conclusões sobre a identificação do direito internacional costumeiro com comentários**. Nova Iorque: Nações Unidas, 2018. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/1_13_2018.pdf

CONDORELLI, Luigi. Fontes do Direito Internacional. In: RAMINA, Larissa; FRIEDRICH, Tatyana. **Coleção Direito Internacional Multifacetado**. Volume VI. Curitiba, Juruá, 2014. Tradução: Lucas Carlos Lima. Disponível em: https://www.academia.edu/43356560/Fontes_do_Direito_Internacional_Luigi_Condorelli

SALIBA, Aziz Tuffi. Direito dos Tratados: Comentários à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969). Belo Horizonte: Arraes, 2011.

GALINDO, George Rodrigo Bandeira. A construção do direito internacional público pelas Constituições brasileiras. **Cadernos de Política Exterior**, v. 11, p. 101-126, 2022. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1199>

LIMA, Lucas Carlos. As decisões de tribunais internacionais e a ciência do Direito Internacional. In: Diego Nunes; Lucas Carlos Lima. (Org.). **História da Cultura Jurídica & Ordenamento Jurídico Internacional**. 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022, v. , p. 217-240. Disponível em: https://www.academia.edu/120280353/As_decis%C3%B5es_de_tribunais_internacionais_e_a_ci%C3%A
Ancia_do_Direito_Internacional

COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL. Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts, with commentaries. Nova Iorque: Nações Unidas, 2001. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/9_6_2001.pdf

COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL. Draft Articles on the Responsibility of International Organizations, with commentaries. Nova Iorque: Nações Unidas, 2011. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/9_11_2011.pdf.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. 1961. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/9_1_1961.pdf.

BODANSKY, Daniel, What is International Environmental Law?. THE ART AND CRAFT OF INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL LAW, Harvard University Press, 2009, UGA Legal Studies Research Paper No. 09-012, Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1448809>

LIMA, Lucas Carlos; SALIBA, Aziz Tuffi. The Immunity Saga Reaches Latin America. The Changri-la Case. EjilTalk, 2 dez. 2021. Disponível em: <https://www.ejiltalk.org/the-immunity-saga-reaches-latin-america-the-changri-la-case/>

MADSEN, Mikael Rask; HUNEEUS, Alexandra. Between Universalism and Regional Law and Politics: A Comparative History of the American, European and African Human Rights Systems. **International Journal of Constitutional Law**, Volume 16, 2018, pp. 136-160. Disponível em: <https://academic.oup.com/icon/article/16/1/136/4995560>

SMOLAREK, A. A.; MIRANDA, J. I. R. . A Epistemologia da Autodeterminação na Organização das Nações Unidas: tensionamentos do modelo vigente. **Revista de Direito Internacional**, v. 21, p. 222-241, 2024. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/9537>

Para o estudo das referências temáticas também em manuais, sugere-se o estudo dos pontos em qualquer manual atualizado de direito internacional, incluindo: KLABBERS, Jan. **International Law**. Cambridge University Press, 2020; SHAW, Malcom. **International law**. Cambridge: Cambridge University Press; DO AMARAL Jr, Alberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 5a Ed. São Paulo: Atlas, 2015.